

Por exemplo, a observação da situação social pode levar (passando por diversos estágios de compreensão social dos eventos e situações) à construção das propriedades relevantes (ver a seguir a propósito desta noção de relevância) do ambiente, do nosso interlocutor, da ação em curso, e assim por diante. Essas e outras interpretações passarão a constituir parte do modelo de contexto da situação comunicativa corrente, e essas representações, por sua vez, controlarão o estilo mais ou menos 'formal', mais ou menos 'polido' e mais ou menos 'respeitoso' de nossas contribuições à conversação, tais como exigências feitas ao léxico, aos atos de fala, às estratégias de interação, aos pronomes, às formas de tratamento, aos títulos honoríficos, às metáforas ou outras propriedades semânticas relacionadas à polidez e à demonstração de respeito.

Tudo isso nós aprendemos da Sociolinguística e da Pragmática, mas ainda falta descrever, em muito mais detalhe, como passamos da participação em uma situação social para um modelo relevante de tal situação, como as propriedades relevantes dessa situação são selecionadas, como um modelo de contexto dessas propriedades relevantes é construído e como esse modelo de contexto e suas categorias esquemáticas, ao fim e ao cabo, operam em todos os níveis da produção do discurso.

E junto com essa teoria cognitiva do contexto, naturalmente, precisamos também encaixá-la numa teoria social e cultural mais ampla do discurso e dos modos como está sendo adaptado aos entornos sociais e culturais. Ou seja, os modelos de contexto são também as representações cognitivas que integram e combinam as exigências tanto pessoais como socioculturais que se fazem aos eventos comunicativos e, portanto, explicam tanto as propriedades socioculturalmente compartilhadas de todos os discursos, como suas propriedades individuais e únicas. Os tratamentos sociais e culturais do discurso e da língua são incapazes de descrever e explicar essa importante dimensão individual dos contextos e do discurso.

Para resumir, uma teoria explícita dos modelos de contexto consegue descrever e explicar como nossos discursos são (produzidos de modo a ser) situacionalmente adequados de forma que os tratamentos disponíveis não explicam. Isso vai além da maioria das teorias correntes, que são basicamente determinísticas ou correlacionais (haja vista que se expressam em termos estatísticos), e portanto incapazes de especificar como os aspectos 'objetivos' das situações sociais (por exemplo, o gênero social, a idade etc.) se relacionam a propriedades do texto ou da fala.

Propriedades dos modelos de contextos

Se os modelos de contextos são, como todas as nossas experiências pessoais, modelos mentais armazenados na memória episódica, então eles deveriam ter a mesma estrutura categorial que as demais experiências pessoais. Mas, no caso, a interação envolve comunicação e, portanto, participantes que falam, escrevem, ouvem e leem (em diferentes papéis comunicativos), e os atos sociais locais e globais consistem em textos e falas, atos de fala ou outros atos verbais. No entanto, isso é muito geral, portanto precisamos de um meio mais detalhado, teoricamente idôneo e empiricamente seguro para estabelecer os tipos de categorias ou estruturas que constituem os modelos de contextos. Somente então seremos capazes de dizer alguma coisa sobre os modos como essas propriedades mais específicas controlam as estruturas detalhadas do discurso.

CONTEXTOS GLOBAIS E LOCAIS

A teoria da macroestrutura, juntamente com muitas evidências linguísticas e psicológicas, sugere que podemos representar mentalmente e falar de eventos em vários níveis de generalidade ou especificidade (Van Dijk, 1980; Van Dijk e Kintsch, 1983). Também vimos que os modelos de experiências, presentes em nossa memória autobiográfica e episódica, podem representar ações individuais no nível progressivo e local do monitoramento da experiência, mas também podem representar acontecimentos, situações ou períodos inteiros de nossas vidas, tomando-os em bloco, no nível macro (Zacks, Tversky e Iyer, 2001: 29-58). Do ponto de vista do processamento, e devido às bem conhecidas limitações de recursos da memória de trabalho [*working memory*], nem todos os níveis das micro e macroestruturas são acompanhados de maneira permanente. Ao contrário, à medida que o texto e a fala avançam, o processamento costuma ocorrer no (micro) nível local, mas com macrocontrole no *background*, por exemplo, em algum tipo de 'memória de trabalho de longo termo' - a partir da qual é possível ativar macrorrepresentações imediatamente (Ericsson e Kintsch, 1995: 211-245).

A mesma distinção entre micro e macro pode ser aplicada aos modelos de contexto (Van Dijk, 2006: 159-177). Ou seja, os usuários da língua podem

representar ao mesmo tempo a situação atual local e seus componentes (por exemplo, dar uma aula específica hoje, responder a uma pergunta) e também vários outros níveis dos quais a ação e situação atuais são constituintes (dar esta aula este semestre, ensinar nesta universidade).

A cada momento da fala, é possível fazer com que um desses níveis da estrutura social se torne relevante. E depois de ter sido assim ativado, esse nível pode influenciar a produção da estrutura do discurso. Por exemplo, durante sua fala no debate sobre o Iraque na Câmara dos Comuns, Tony Blair, em vários momentos precisa ativar, como parte de seu modelo de contexto, a informação institucional de que ele está então falando no Parlamento como primeiro-ministro (ou como líder do Partido Trabalhista), ou de que ele está entrando na questão da política externa. Esses condicionamentos estruturais – na forma como ele os representa subjetivamente – influenciam muitas das propriedades de sua fala, por exemplo o estilo gramatical formal, as formas mediante as quais ele se dirige aos MPs, ou a seleção dos assuntos que podem ou não ser discutidos num debate desses.

Apesar dessa variação contextual da *hierarquia de situações* envolvida, pode ser que haja alguma coisa como um nível 'padrão' de consciência do que se passa, de representação do contexto e de interação tal como sabemos existir em outros domínios cognitivos (Rosch, 1978). Esse pode ser o caso para práticas sociais e tipos de atividades ou gêneros discursivos definidos social e culturalmente, e portanto conhecidos, tais como uma conversa informal, uma reunião, uma entrevista, uma consulta médica ou uma aula (ver, por exemplo, Graesser, Millis e Zwaan, 1997: 163-189). Esses tipos de atividades nos permitem segmentar, planejar e recordar eventos comunicativos interacionais discretos do dia a dia. Assim, habitualmente, planejamos, controlamos enquanto acontecem e recordamos acontecimentos comunicativos discretos específicos tais como <dar uma aula> (que consiste em outras unidades) e não sequências como <dar uma aula, falar com estudantes e colegas e trabalhar em seguida no gabinete>, que não constituem unidades 'naturais' de nível mais alto.

Esses acontecimentos 'locais' de nível padrão são os tipos de situação de interação e tipos de contexto que serão enfocados neste livro. Contudo, é preciso ressaltar que os participantes são capazes de representar essas situações locais ou microssituações presentes na vida de todos os dias como partes de contextos institucionais ou organizacionais mais amplos, especialmente em situações de planejamento ou de evocação (depois de anos lembramos ter

dado tal ou tal aula, e que isso aconteceu em tal ou tal universidade, mas não aulas específicas). Ou seja, além da consciência simultânea de estar dando uma aula 'agora', podemos, ocasionalmente, ativar a consciência de nosso papel mais geral como professor, do ambiente da universidade ou mesmo do domínio social da Educação. Analogamente, Tony Blair, ao falar no Parlamento, pode precisar de um modelo de contexto que comporte ações de nível superior (macro), tais como a legislação ou a política externa, dentro do domínio maior da política.

Da mesma forma que acontece com todas as nossas ações, portanto, os contextos estão continuamente sendo organizados em macrounidades maiores, e estas também tornam-se relevantes para o controle local, como veremos no próximo capítulo. Essa distinção entre estruturas micro (de organização) e macro (sociais) é discutida como parte da Sociologia do Contexto em *Society in Discourse*. Contudo, neste ponto, preciso chamar a atenção para o fato de que a relação entre micro e macroestruturas – e seu controle do discurso – é necessariamente uma construção mental dos participantes. Isso quer dizer que, como já salientei várias vezes, as macroestruturas não conseguem influenciar diretamente o discurso e a interação.

ESQUEMAS DE CONTEXTOS E SUAS CATEGORIAS

Tem sido salientado que um dos problemas cruciais da teoria do contexto é decidir que categorias precisam ser postuladas nesses contextos, ou seja, que parâmetros das situações comunicativas (locais) os usuários da língua estão rotineiramente atentos. Eu assumi que essas categorias podem ter dois níveis de representação, um global e outro local. Isso, porém, é um tanto genérico, de modo que vou precisar expor uma proposta detalhada das categorias possíveis ou necessárias dos esquemas para modelos de contexto.

Com base em estudos anteriores sobre categorias contextuais, psicologia da compreensão dos acontecimentos e situações, e ainda na bibliografia sobre modelos mentais, arrisco as categorias seguintes como possíveis candidatas para um esquema de modelo de contexto muito simples:

- Ambiente: Tempo/Período, Espaço/Lugar/Entorno
- Participantes

- O Eu-mesmo
 - papéis comunicativos (estrutura de participação)
 - tipos de papéis sociais, ser membro de um grupo ou identidades
 - relações entre os participantes (por exemplo, poder, amizade)
 - crenças e conhecimentos compartilhados e sociais
 - intenções e objetivos
- Ações/Eventos comunicativos ou de outra natureza

Em outras palavras, precisamos verificar como os participantes analisam e representam os entornos e as situações sociais em geral, porque é plausível que, na construção de seus modelos de contextos subjetivos, eles usem mais capacidades gerais de compreensão, cruciais em sua vida cotidiana.

Examinei a maioria dessas categorias de maneira bastante pormenorizada no tratamento social, psicológico, sociológico e antropológico que dou ao contexto em *Society in Discourse*. Portanto, aqui me limitarei às questões que interessam num estudo cognitivo, tratando de aspectos da representação e do processamento mental, como o papel do conhecimento, das intenções e dos objetivos dos participantes.

O EU-MESMO COMO CATEGORIA CENTRAL DOS MODELOS DE CONTEXTO

Sendo um tipo específico de modelos da experiência, os modelos de contexto são por definição subjetivos. Como é o caso para todas as experiências episódicas (ver os estudos reunidos em Baddeley, Conway e Aggleton, 2002), eles representam o modo como *Eu* represento o que é meu entorno no momento, a situação em que *Eu* estou pensando, agindo, falando, escrevendo, ouvindo ou lendo neste momento. Independentemente de quaisquer outras identidades sociais que os participantes possam ter, é crucial representar seu próprio *Eu*. Assumo que esse é também o caso para os modelos de contextos, como se vê em todos os modelos de experiência.

Em outras palavras, os modelos de contexto são crucialmente *egocêntricos*, motivo pelo qual podemos assumir que o Eu-mesmo é categoria central desses modelos, onde tem um papel de orientação. Essa categoria organiza as relações entre o Eu (no papel de Falante, Receptor ou outro) e outros participantes.

Também se aplica a outras categorias contextuais, como o 'aqui' (o lugar em que estou), a ação (aquilo que estou fazendo neste momento), o conhecimento (o que sei neste momento) e os objetivos (o que pretendo).

Na produção do discurso, uma estrutura dos modelos de contexto com essa natureza egocêntrica está na base da produção de *expressões dêiticas* (tais como *eu, nós, você, aqui, hoje* etc.) – expressões essas que os receptores compreendem porque eles sabem como é que os falantes, de modo geral, representam a situação comunicativa.

Não é preciso dizer que, se o Eu-mesmo (esses Eu-mesmos) deixar de funcionar corretamente, os modelos de contextos também serão afetados, e portanto também o serão os discursos (e as interpretações de discursos) controlados por esses modelos, como comprova, por exemplo, o discurso esquizofrênico (ver, por exemplo, Alverson e Rosenberg, 1990: 167-184; Rochester e Martin, 1979).

RESTRICÕES DE TAMANHO AOS MODELOS DE CONTEXTOS

Para que os modelos de contexto possam ser formados, alterados e atualizados on-line e em tempo real na interação e comunicação do dia a dia, eles precisam ser relativamente simples, conforme foi postulado anteriormente. Portanto, podemos assumir que os participantes serão representados, aproximadamente, do mesmo modo que conhecemos a partir dos esquemas de percepção de pessoas (ver, por exemplo, Bierhoff, 1989; ver também a discussão da Psicologia Social dos episódios, pessoas etc. em *Society in Discourse*), adaptados, no caso, aos vários papéis comunicativos dos participantes. Portanto, os participantes podem ser representados de modo relevante como membros de categorias ou grupos sociais, como estando relacionados de maneiras específicas (por exemplo, por relações de poder ou *status*) e como tendo conhecimentos e crenças específicos.

Isso quer dizer que as situações comunicativas podem ser muito complexas, mas os participantes precisam traduzir essa informação complexa nos termos de umas poucas categorias esquematicamente organizadas, para poder aplicar os condicionamentos contextuais no processamento do discurso na memória de trabalho. Isso significa que, para construir os modelos de contexto, somente serão usadas umas poucas categorias de participantes, discursivamente relevan-

tes – mas culturalmente variáveis – tais como o gênero social, a idade, o *status* ou parentesco (mas não, é claro, a altura ou o peso).

O mesmo vale para a representação dos entornos (vários tipos de períodos de tempo – segundos, minutos etc.) e dos lugares, das atividades em andamento, e dos objetivos ou conhecimentos dos participantes. Sempre que é necessário para a representação da ação, por exemplo, os participantes são capazes de fazer abstrações de nível micro ou macro, a fim de organizar situações e discursos complexos, tais como um longo debate parlamentar. Uma discussão detalhada dos condicionamentos sociais e culturais que pesam sobre esses modelos de contextos é feita em *Society in Discourse*.

Relevância

relevante Acompanhando outras pesquisas já feitas sobre contexto, assumo que os modelos de contexto representam aquilo que é relevante para os participantes numa dada situação comunicativa. Nesse sentido, uma teoria dos modelos de contexto implica uma teoria da relevância. Contudo, minha abordagem se afasta significativamente de outras abordagens da relevância, como a de Sperber e Wilson (1995), que, inicialmente, definem relevância dizendo que “uma suposição é relevante em um contexto se e somente se tem algum efeito contextual nesse contexto” (p. 122), e acrescentam em seguida outras definições. Esse era também o tipo de definição que eu propunha em *Text and Context* (Van Dijk, 1977: 209):¹ “um fato e, portanto, o conhecimento de um fato, é importante (ou relevante) relativamente a um contexto ou em geral para uma situação se for condição imediata (ou impedimento) para um provável evento ou ação, nesse contexto ou situação”.

Embora se assuma em ambas as definições uma relação condicional entre ‘fatos’, Sperber e Wilson dão dessa relação condicional uma definição mais forte em termos de ‘efeitos’, enfocando assim as consequências efetivas dos fatos, enquanto minha definição é em termos de condições, e portanto se centra nos fatos relevantes enquanto tais. Isso abre espaço para condições de relevância mais fracas, tais como a de ensejo (uma consequência possível ou provável, em vez de uma consequência necessária, como seria o caso na causação). Por exemplo, estar com fome é sem dúvida uma condição relevante (embora não necessária) para comer, mas infelizmente, para muitos milhões de pessoas no

mundo, essa condição não acarreta o ‘efeito’ (a consequência necessária) de comer. Em outras palavras, as propriedades da situação podem ser relevantes para situações posteriores, mesmo quando não têm as consequências normais ou desejadas.

Veremos mais adiante que o mesmo se aplica aos contextos: dada sua interpretação da situação comunicativa corrente, os usuários da língua podem perceber a ausência de propriedades discursivas específicas (um tópico, uma forma de polidez etc.) que eles esperariam normalmente encontrar em contextos semelhantes. Portanto, numa teoria da relevância e do contexto, precisamos atentar cuidadosamente para o sentido em que se dá a coincidência [*direction of fit*], e para a direção da condicionalidade entre ‘condições relevantes’ e ‘consequências relevantes’.

Em meu livro de 1977, eu também distingi, de um lado, a relevância *semântica*, isto é, a relevância dos conhecimentos (crenças etc.) necessários para que os discursos façam sentido, e, de outro lado, a relevância *pragmática*, isto é, as condições que influenciam sua adequação, a exemplo das condições de felicidade dos atos de fala. Embora a abordagem de Sperber e Wilson seja habitualmente qualificada como ‘cognitiva’, inclusive pelos próprios autores, sua argumentação geral é mais formal e abstrata do que psicológica ou empírica. Eles não fazem referência à vasta bibliografia existente sobre a memória e não avançam nenhuma hipótese [*claim*] sobre o tipo de representações mentais dos contextos ou da relevância. Eles definem o contexto como um ‘construto psicológico’ (p. 15), como eu também faço, mas o fazem somente nos termos *formais* de um ‘conjunto de premissas’, como um “subconjunto das suposições do falante sobre o mundo, que afeta a interpretação de um enunciado”. Mas isso sem explicar onde e como essas suposições são representadas mentalmente, ou por que processos essa representação influencia a interpretação ou produção do discurso – como convém lembrar. Além disso, eles não propõem quaisquer ideias teóricas a respeito das *estruturas* do contexto – que, com toda a certeza, não podem ser uma (vasta) lista não estruturada de proposições, conforme já foi mostrado aqui. No que é relevante (*sic!*) para uma teoria da língua, o que seu trabalho oferece de especial é antes uma contribuição formal, mais abstrata e que pouco tem a ver com uma teoria psicológica do contexto e das influências contextuais sobre a produção e o entendimento do discurso.

Em minha teoria do contexto, a noção de relevância é definida pela noção mesma de contexto, a saber, em termos do processo cognitivo de construir um

modelo de contexto com base nos dados procedentes de uma interpretação da situação guiada por um esquema adquirido e compartilhado socioculturalmente dos tipos de categorias que definem esses contextos e pelas experiências comunicativas passadas (modelos de contextos antigos).

Portanto, analogamente ao modo pelo qual conseguem compreender um número infinito de sentenças ou discursos (possíveis), com base numa gramática e em regras de discurso, as pessoas conseguem compreender um número (teoricamente) infinito de situações sociais. O que é 'comunicativamente relevante' nessas situações são o tipo de informação que se ajusta ao modelo de contexto e suas categorias social e culturalmente compartilhadas.

Assim, descobrimos, mais uma vez, que é preciso atentar para o papel comunicativo e para categorias ou propriedades sociais como a 'idade' ou o 'poder' dos interlocutores, em muitas formas de conversação, mais do que, digamos, para o tamanho de seus narizes ou a cor de suas camisas. É claro que sabemos perceber e interpretar essas propriedades pessoais ou sociais da situação *social*, dependendo de uma variedade de outras condições. Mas essas propriedades dos interlocutores não se incluem no modelo de contexto da situação *comunicativa*, porque sabemos por experiência que não são o tipo de características da situação que controla as estruturas do discurso. Isso também mostra que os modelos de contexto não são a mesma coisa que modelos de experiência gerais, ou modelos de situações ou entornos.

O mesmo vale para a relevância de conhecimentos compartilhados ou novos e para os objetivos dos participantes – categorias que controlam muitos aspectos do texto e da fala. Em suma, a estrutura esquemática convencional dos contextos, suas categorias e os conteúdos do momento e em mudança dinâmica dessas categorias definem o que é relevante no momento para os participantes.

Objetivos e intenções

Se os contextos são modelos mentais de situações comunicativas sociais, então, à primeira vista, pode parecer estranho (circular, redundante) incluir também elementos 'cognitivos' nesses modelos mentais. Contudo, um momento de reflexão mostra que as situações comunicativas não se distinguem apenas por informações sobre os ambientes, ou os participantes e suas ações, mas precisam necessariamente representar coisas, como as intenções, os pro-

pósitos, os objetivos, os conhecimentos e, possivelmente, outras propriedades 'mentais' dos participantes.

De fato, muitas teorias sobre ação, interação, autorrepresentação e compreensão humanas do discurso são formuladas em termos de *objetivos* (Bower, Black e Turner, 1979; Conte e Castelfranchi, 1995; Graesser, Singer e Trabasso, 1994; Ford, 1992; Montefiore e Noble, 1989; Pervin, 1989; Schank e Abelson, 1977; Tracy, 1991; Zacks, Tversky e Iyer, 2001).

O mesmo vale para a noção de *intenção*, que tem sido definida em Filosofia da Ação como sendo crucial na constituição das ações, isto é, como o 'significado' social do comportamento ou conduta (Danto, 1973), mas que, ao mesmo tempo, se tornou uma das noções mais problemáticas em Filosofia, Psicologia e Ciências Sociais e deu origem a uma bibliografia considerável (Brand, 1984; Bullock, 1991; Cohen, Morgan e Pollack, 1990; Gillett e McMillan, 2001; Zelazo, Astington e Olson, 1999). Na bibliografia sobre a compreensão do discurso e sobre os modelos de situação, as intenções e os objetivos da ação sempre tiveram um papel importante (ver, por exemplo, Bower, Black e Turner, 1979; Zwaan e Radvansky, 1998: 162-185).

Nos trabalhos sobre conversação e interação, as intenções – e as representações mentais em geral – são frequentemente ignoradas, porque se entende que não são publicamente acessíveis (ver a discussão em Bruner, 1981: 41-56; Heritage, 1991: 311-32; Jayyusi, 1993: 435-55; Schegloff, 1996: 109-110; ver também a edição especial 8(1) de *Discourse Studies* (Van Dijk, 2006) sobre discurso, cognição e interação, especialmente o artigo de Duranti, 2006).

Simplificando um longo debate teórico, o conceito de intenção é usado aqui somente no sentido de intenções-de-ações (Searle, 1983). Em vários sentidos esse conceito é equivalente ao de *plano*, embora na prática a noção de 'plano' seja usada para ações mais complexas e distantes, ao passo que as intenções coincidem com o andamento de ações locais do micronível de análise, ou as precedem imediatamente. Em ambos os casos, porém, eu defino as intenções como (partes de) modelos mentais. Planejar uma ação é construir um modelo mental de um fragmento de conduta, em andamento ou futuro. E, inversamente, a conduta só tem significado, e só pode ser interpretada como tal, quando lhe é associado ou lhe está sendo atribuído um 'significado' desse tipo, no sentido de modelo mental. Por exemplo, as pessoas que estão adormecidas ou inconscientes podem 'fazer' algo, mas não se envolvem em condutas intencionais, ou seja, em (inter)ações. As pessoas sabem normalmente

que ação pretendem realizar quando se engajam em alguma forma de conduta. Mas isso é diferente para coparticipantes, que precisam interpretar condutas observadas como ações específicas, sendo ou não essa interpretação a mesma que lhes deram seus agentes.

Como a conduta pode ser ambígua (levantar a mão pode ser um sinal de saudação ou ameaça), os observadores podem cometer enganos, ou perguntar o que os agentes 'quiseram dizer'. As coisas se passam mais ou menos da mesma maneira para o discurso e para a ação em geral.

Para que a interação no discurso e na fala seja minimamente possível, os participantes precisam poder representar as intenções do outro, além das suas próprias. Foi mostrado que as crianças adquirem essa habilidade para 'ler as mentes' dos outros participantes numa idade muito inicial (veja-se o debate gerado pelo artigo-alvo de Tomasello, Carpenter, Call, Behne e Moll, 2005: 675-735; veja-se também Tomasello, 1999b). Dadas essas evidências empíricas, podemos concluir que o mesmo acontece com os objetivos: a interação e o discurso pressupõem que os participantes conhecem seus próprios objetivos, e têm hipóteses plausíveis acerca dos objetivos dos outros. A conduta pode ser ambígua, e portanto os modelos que as pessoas fazem das intenções de outros participantes podem ser equivocados.

Note-se que as intenções são diferentes dos *objetivos*, que de acordo com minha definição são a mesma coisa que *propósitos*, a saber, modelos mentais de ações com suas consequências esperadas. Por exemplo, posso ter a intenção de ler o jornal enquanto meu objetivo é recolher informações ou opiniões sobre acontecimentos recentes. Em princípio, tenho controle sobre minhas próprias ações – tais como são representadas no modelo mental de uma intenção –, mas nem sempre eu tenho controle sobre as consequências, que podem depender de outros fatores. A realização de meus objetivos é contingente ao estado do mundo e às atividades de outras pessoas, ao passo que a realização de minhas ações depende somente da minha capacidade e da ausência de empecilhos.

Como também sabemos, a partir da teoria clássica dos atos de fala, uma das condições de adequação fundamentais de muitos atos de fala é que o falante tenha a intenção de fazer tal ou tal coisa, como é o caso das promessas e outros atos de fala (Burkhart, 1991; Searle, 1969). Isso significa que, a fim de compreender um enunciado como um ato de fala, os usuários da língua precisam reconstruir a intenção comunicativa do falante e, para isso, precisam empenhar-se em várias estratégias (Bosco, Bucciarelli e Bara, 2004: 467-488).

intenção
e
objetivo

Em Psicolinguística, as 'intenções' são definidas como o ponto de partida da fala (Levelt, 1989; Nuyts, 1993); analogamente, as intenções são definidas como modelos mentais na Psicologia do Processamento do Texto em geral, e na Psicologia da Pragmática, em particular (Van Dijk e Kintsch, 1983).

Embora as intenções sejam frequentemente ignoradas nas teorias da conversação e da interação (que preferem enfatizar a organização sequencial das próprias ações, em vez de estados ou processos mentais hipotéticos), não cabe a menor dúvida de que as noções mesmas de ação e interação e, portanto, de conversação não fazem sentido sem intenções definidas, como o fizemos aqui. É certamente verdade que as ações na conversação são ocasionadas por ações dos falantes anteriores (Schegloff, 1996: 109-110), mas isso só acontece quando limitamos nossa análise a um estudo mais superficial das próprias sequências de ações (ou da conduta): é óbvio que uma reação às ações que precederam só pode acontecer depois que elas foram entendidas pelo próximo falante, e é esse entendimento mental a condição para a formação da intenção da ação em curso.

Esse processo pode ser rápida e amplamente automatizado, mas isso não significa que não ocorra de modo cognitivo. Na verdade, as pausas, os fenômenos de hesitação, os falsos começos e outras quebras semelhantes do fluxo da fala também precisam ser interpretados como manifestações de um 'pensamento em processo', no interior dos turnos da fala e entre eles. Há mais evidências diretas quando os falantes se referem concretamente a esses pensamentos em progresso durante a conversação, por exemplo, quando dizem coisas como "Ah, achei que você queria dizer...".

A noção de intenção é relevante para uma teoria do contexto porque, enquanto falante ou destinatário de uma fala, eu preciso construir a mim mesmo como engajado intencionalmente num ato comunicativo, como direcionar a conversação, escrever uma notícia para um jornal ou ler um fragmento de uma antologia. O fato de que muitos aspectos dos atos comunicativos são 'automatizados' e nem um pouco conscientes significa apenas que os modelos mentais são parcialmente processados no *background*, como é também o caso dos modelos de contexto.

Tão logo usamos a noção de modelo da experiência ou de modelo de contexto, não precisamos mais tratar, à parte, de modelos para intenções ou planos: os modelos de contextos têm as intenções como seus constituintes, a saber, as propriedades 'mentais' dos participantes – da mesma maneira que

ser um professor é uma propriedade social de um modelo de contexto quando falo ou ouço no exercício desse papel.

Administrando o conhecimento contextual

O conhecimento sociocultural compartilhado é uma condição crucial para a produção e a compreensão do discurso. Boa parte da Psicologia Cognitiva e da Inteligência Artificial contemporâneas orienta-se no sentido de tornar explícita essa relação entre o discurso e o conhecimento durante o processamento do discurso (ver as referências dadas anteriormente). O conhecimento exerce um papel crucial na comunicação e tem uma função central nos modelos de contexto, de modo que será examinado em maior detalhe do que os outros aspectos ('cognitivos') dos modelos de contexto, alguns dos quais, como é o caso das ideologias, são tratados na Psicologia Social do contexto, em *Society in Discourse*.

Na teoria do contexto, preciso considerar atentamente um aspecto mais específico do papel que o conhecimento tem no discurso: para poderem falar ou escrever de maneira apropriada, os usuários da língua precisam de crenças ou conhecimentos sobre os conhecimentos dos receptores. Portanto, ao representar as propriedades relevantes da situação comunicativa, eles precisam chegar não somente a um modelo das propriedades sociais presentes neles próprios e em outros participantes, mas também a um modelo daquilo que os outros já sabem. Se os falantes não tivessem hipóteses, nenhum 'modelo sequencial de conhecimento' a respeito daquilo que os receptores sabem a cada momento, eles poderiam repetir constantemente as mesmas coisas que querem comunicar, ou poderiam falar sobre coisas incompreensíveis aos receptores, porque pressupuseram conhecimentos que estes últimos não tinham. Na realidade, a comunicação – no sentido bem tradicional de transmitir conhecimento novo – ficaria impossível ou sem objetivo, se não tivéssemos nenhuma ideia a respeito daquilo que nossos receptores já sabem.

Assumo, portanto, que os modelos de contexto têm entre seus componentes um mecanismo central que regula a (não-)expressão do conhecimento no discurso. Já que esse mecanismo desempenha um papel tão fundamental nos modelos de contexto, introduzi uma sigla técnica especial para ele: o mecanismo-K (Van Dijk, 2003: 93-129). A qualquer momento de um discurso, o mecanismo-K toma como *input* o conhecimento de momento do falante – tal

como está representado nos modelos mentais sobre eventos e como conhecimento do mundo socialmente compartilhado e mais geral – e calcula quanto desse conhecimento já é compartilhado pelos receptores.

A estratégia epistêmica mais usada na produção do discurso é que o conhecimento compartilhado não precisa ser expresso e, portanto, pode ficar implícito – quer porque se acredita que o receptor já dispõe desse conhecimento, quer porque se supõe que o receptor é capaz de inferir esse conhecimento do conhecimento previamente existente.

O conhecimento compartilhado é chamado às vezes de 'base comum' [*Common Ground*] dos falantes e receptores (Clark, 1996; Krauss e Fussell, 1991: 172-200; Pickering e Garrod, 2004: 169-225); naturalmente, os tipos de 'base comum' são tantos quantos são os tipos de conhecimento compartilhado, portanto precisaremos examinar esses tratamentos da 'base comum' mais detalhadamente a seguir.

O problema teórico e empírico é como o mecanismo-K atua de fato. Como é que os falantes sabem o que os receptores sabem? Obviamente, não podemos supor que o enorme conjunto de conhecimentos dos receptores faça parte do mecanismo-K dos modelos de contexto (relativamente simples) dos falantes (para começar, se assim fosse, não teríamos como explicar de que modo esse enorme conjunto de conhecimentos foi parar aí, sem comunicação prévia).

Portanto, seguindo uma orientação estratégica do processamento do discurso (Van Dijk e Kintsch, 1983), precisamos assumir que os falantes usam estratégias rápidas – embora imperfeitas – para chegar a suas hipóteses sobre aquilo que os receptores já sabem. Naturalmente, os falantes podem cometer erros ao fazerem suas hipóteses sobre aquilo que os receptores sabem, e assim assertar ou repetir algo que já é sabido. Como essas hipóteses (isto é, se é necessário ou não assertar ou perguntar algo) precisam ser formuladas a cada momento no discurso, pelo menos para cada proposição ou cada ato de fala, elas precisam ser feitas em frações de segundos. Isso significa por sua vez que elas não podem ser excessivamente complexas. Um problema central da teoria do mecanismo-K é, portanto, a natureza das estratégias operantes nesse mecanismo.

CONHECIMENTO PESSOAL

Com o objetivo de obter uma ideia informal e preliminar sobre a natureza dessas estratégias, imagine um evento comunicativo em que eu falo a uma

amiga sobre um problema de saúde que tive. Numa próxima ocasião em que voltarmos a nos encontrar, eu continuo com o mesmo problema de saúde. Na próxima ocasião em que nos encontramos, eu ainda tenho o mesmo problema de saúde (e, portanto, continuo sabendo de meu próprio problema de saúde), mas nesse caso seria impróprio dizer 'as mesmas coisas' à minha amiga, e o motivo dessa impropriedade é que eu sei que ela sabe, porque eu contei a ela recentemente. Contudo, como ela poderia ter esquecido, especialmente se o nosso último encontro foi há algum tempo e meu problema de saúde era pouco grave, posso lembrar a ela, dizendo algo como "Você se lembra, eu contei a você que...". Como eu sei, neste segundo evento comunicativo, que minha amiga sabe do problema de saúde – um fato 'pessoal' que não pode ser inferido do conhecimento geral, socioculturalmente compartilhado? Obviamente porque lembro de ter contado para ela. Em termos cognitivos, isso significa que tenho acesso ao modelo de contexto 'antigo', que representa nosso encontro prévio, incluindo pelo menos o resultado (macroestrutura semântica) daquilo que eu disse a ela durante esse encontro.

É possível lidar com esse problema de comunicação de administração do conhecimento pessoal mediante a aplicação de uma estratégia geral simples, como:

K1: Assumir que os receptores sabem o que eu lhes disse antes.

Essa estratégia se aplica não somente aos conteúdos de modelos de contextos prévios (encontros comunicativos prévios), mas, evidentemente e *a fortiori*, também à parte que veio imediatamente antes no discurso em andamento: em modelos de contextos dinâmicos, o 'discurso prévio' (proposições, atos, estilo etc.) torna-se uma condição para o estado corrente do contexto. Na realidade, essa é uma estratégia muito geral, de acordo com a qual a Semântica Discursiva Sequencial usa interpretações relativas: a interpretação de cada expressão num discurso é sempre relativa ao mundo (situação, conhecimento) construído mediante a interpretação das expressões anteriores. E como os falantes/escritores conhecem essa estratégia geral, eles formulam cada expressão obedecendo a essa pressuposição.

O processamento mais detalhado correspondente a essa estratégia geral referente ao conhecimento envolveria a busca e ativação de um modelo de contexto prévio, incluindo o receptor, a análise das (macroestruturas e principais assuntos) do conteúdo do discurso comunicado, e uma operação que infere

se a proposição que estou querendo comunicar agora é parte dessa representação. Claro que, falando em termos gerais, os modelos de contextos são às vezes inacessíveis, especialmente os muito antigos. Quando isso acontece, pode ser porque já não lembro o que eu disse ao receptor, e então tenho a opção de simplesmente supor sua ignorância e assertar a proposição ou de fazer-lhe antes uma pergunta que soa como "Eu contei a você que...?", se eu não quiser fazer uma asserção inadequada.

Naturalmente, se aquilo que eu sei agora é informação nova e eu sei que ainda não encontrei o receptor e ainda não me comuniquéi com ele ou ela desde que consegui a informação nova (um critério que pressupõe uma linha do tempo na memória episódica), então nenhuma outra tentativa de recuperação será necessária, além da que estabelece que o momento em que o novo conhecimento foi conseguido ocorreu depois do momento em que me comuniquéi com o receptor pela última vez.

Portanto, para todo conhecimento pessoal novo, a estratégia-K é mais ou menos isto:

K2: Assuma que os receptores não sabem do conhecimento pessoal que eu adquiri desde minha última comunicação com eles.

Novamente, a descrição detalhada de como se processa essa estratégia envolve a ativação de modelos de experiência 'antigos', incluindo modelos de contexto, a comparação das categorias de tempo da experiência em que eu adquiri o novo conhecimento e os últimos modelos de contexto em que o receptor aparece como participante. No exato momento em que comunicamos conhecimentos a um receptor, esse conhecimento passa automaticamente a fazer parte da base comum compartilhada, portanto deixa de ser pessoal, tornando-se um conhecimento interpessoal, que pode ser pressuposto pelo resto da comunicação com aquele receptor.

Embora as estratégias tais como foram formuladas aqui pareçam muito simples – e elas *precisam* ser bastante simples, por razões teóricas –, isso não significa que conhecemos todos os detalhes dos processos efetivamente envolvidos, por exemplo, o modo como os modelos de contextos e outros modelos (de eventos) e suas propriedades (por exemplo, a categoria de Tempo) são buscados, comparados e parcialmente ativados. E também não sabemos 'quanto' dos discursos anteriores ainda é acessível como parte de modelos de

texto/contexto antigos – certamente isso vai além dos tópicos principais, isto é, suas macroestruturas e alguns detalhes especialmente relevantes, como sabemos a partir da pesquisa tradicional sobre memória feita a partir de textos. No mesmo sentido, costuma ser bastante difícil depois de algum tempo, para as pessoas, atribuir novos conhecimentos a fontes específicas, lembrar os detalhes daquilo que elas disseram a outras pessoas numa conversa não tão recente, ou aquilo que escreveram em um e-mail.

CONHECIMENTO SOCIAL ESPECÍFICO

Enquanto o caso do conhecimento pessoal e interpessoal é relativamente descomplicado, e pode ser formulado numa estratégia relativamente simples, baseada nos processos de (re)ativação da experiência e dos modelos de contextos na memória episódica, o que acontece quando estão em jogo outros tipos de conhecimento e pessoas que não conhecemos?

Por exemplo, os jornalistas (e muitas outras pessoas que escrevem profissionalmente) defrontam-se diariamente com a tarefa de tentar imaginar o que seus leitores sabem, mesmo quando não os conhecem pessoalmente. Mais uma vez, por uma questão de simplicidade, pode-se assumir que a estratégia básica para a comunicação de informações públicas *específicas* (por exemplo, sobre acontecimentos do noticiário) é bastante parecida com a que se aplica na comunicação interpessoal:

K3: Assuma que os receptores conhecem aquilo de que nós (isto é, o jornal) já os informamos antes.

Isso significa que o jornalista precisa procurar um modelo de contexto prévio em que ele (ou outro jornalista do mesmo jornal) informou os leitores a respeito de um fato concreto particular; se esse modelo de contexto puder ser encontrado, então, qualquer informação já comunicada não precisará mais ser dada.

Considerando que os leitores podem ter esquecido ou que podem não ter lido o jornal ontem ou recentemente, o jornalista pode passar-lhes lembretes, usando uma variedade de fórmulas, do tipo: “Como noticiamos ontem...”. O mesmo acontece quando o jornalista assume que os falantes provavelmente

adquiriram o novo conhecimento através de outros meios de comunicação, por exemplo, e muito importante, as notícias de última hora da televisão, do rádio ou da internet. Naturalmente, como no caso de nossas próprias mensagens de e-mail, os jornalistas podem reler suas reportagens anteriores de modo a reativar modelos de contextos antigos, ativando o que foi noticiado antes.

Como isso é muito improvável para notícias novas ou de última hora, os jornalistas – como quaisquer outras pessoas que se envolvem numa conversa – não precisam dar-se ao trabalho de vasculhar a memória episódica, simplesmente porque o novo conhecimento já vem com um carimbo de data mais recente do que o último evento comunicativo (do que a última edição do jornal), como também acontece quando se compartilham informações pessoais ‘novas’ numa conversa. A esse respeito, as estratégias-K para a conversa, as reportagens jornalísticas e muitos outros gêneros são bastante parecidas. A diferença é que, para os noticiários, a fonte de informação não precisa ser o repórter que está falando neste momento, pode ter sido inclusive outro repórter; além disso, será relevante no modelo de contexto, nesse caso, o fato de que a origem da escrita é o jornal enquanto instituição.

CONHECIMENTOS SOCIOCULTURAIS GERAIS

Os exemplos de comunicação pessoal e pública tratam, todos eles, de *acontecimentos específicos* e, portanto, dos modelos mentais pessoais ou públicos desses acontecimentos. Mas o que se passa com os inúmeros tipos de conhecimentos socioculturais *gerais* ou *abstratos* que assumimos que os receptores compartilham? Por exemplo, o jornalista pode noticiar fatos novos do Iraque, e não se supõe normalmente que essas notícias sejam conhecidas pelos leitores. Mas o jornalista pressupõe que os leitores, em sua maioria, sabem que o Iraque é um país, sabem o que vem a ser um presidente, o que são os soldados e o exército, além de uma grande soma de ‘conhecimentos gerais sobre o mundo’, à semelhança do que já vimos no primeiro capítulo a propósito do discurso de Tony Blair sobre o Iraque na Câmara dos Comuns Britânica.

Mais uma vez, a questão crucial é: como os jornalistas sabem que os leitores sabem essas coisas gerais? Obviamente, a última estratégia de que se tratou aqui (“Já contei a eles antes...”) não tem aplicação normal nesse caso, porque muitos leitores já terão adquirido a maior parte de seu conhecimento

geral quando nem sequer haviam começado a ler jornais, quem sabe de seus pais e professores, dos livros didáticos, da TV ou de livros infantis. Portanto, precisamos de outras estratégias aqui, estratégias de natureza sociocognitiva, como é óbvio para conhecimentos compartilhados social e culturalmente.

A estratégia que está em jogo aqui é relativamente simples e pode ser formulada como segue:

K4: Assuma que os leitores têm o mesmo conhecimento sociocultural que você.

Essa estratégia envolve a noção de compartilhamento social – o fato de que o conhecimento adquirido pelos jornalistas e pelos leitores tende a ser mais ou menos o mesmo numa mesma cultura ou comunidade, que podemos chamar de Comunidade Epistêmica. Assim, na maioria das culturas letradas, a maior parte dos adultos educados – pessoas que leem jornais – sabem o que são países, culturas e exércitos, de modo que os jornalistas podem pressupor esses conhecimentos em suas reportagens.

Há, evidentemente, *diferenças pessoais* relacionadas, por exemplo, a diferenças nos níveis de educação e de especialização, mas pode-se assumir que, para a maioria das formas de discurso público, existe algum tipo de ‘nível de base’ compartilhado de conhecimento ‘geral’ – que é mais alto para a imprensa de boa qualidade [*quality press*] do que para a imprensa popular. Isso, porém, é uma questão que envolve sociologia do conhecimento e contextos, da qual precisaremos tratar adiante. Meu interesse aqui é tão somente como os falantes/escritores são (mentalmente) capazes de representar o conhecimento de seus receptores em seus modelos de contexto da produção do discurso.

Obviamente, a regra se aplica a comunidades epistêmicas diferentes e pode envolver conhecimentos que são mais ou menos universais, culturais, nacionais, mas também locais, ou compartilhados apenas pelos membros de grupos particulares, como os de profissionais ou especialistas. Assim, os jornalistas do *New York Times* vão supor não somente o conhecimento (do acontecimento) episódico que já noticiaram, mas também aquilo que sabem ser do conhecimento dos cidadãos escolarizados dos Estados Unidos, e esse conhecimento ‘nacional’ será diferente do conhecimento nacional comum aos leitores de *El País* na Espanha. Analogamente, aquilo que eu pressuponho que a maioria dos linguistas sabem sobre um tema linguístico, num artigo ou num

livro é supostamente compartilhado pela comunidade epistêmica dos linguistas. E assim sucessivamente para todas as comunidades epistêmicas – isto é, as comunidades que têm suas formas próprias e independentes de aprendizado.

Essas hipóteses implicam que, exatamente como os modelos de contextos precisam representar as identidades sociais dos falantes e receptores momentaneamente relevantes, assim também adquirem relevância os conhecimentos associados com essas identidades. As identidades relevantes são as comunidades epistêmicas que produzem o conhecimento compartilhado que todos os membros podem pressupor em seu discurso, tal como formulado na estratégia K4.

Note-se também que, enquanto os conhecimentos de diferentes comunidades epistêmicas podem coincidir (várias pessoas na Espanha conhecem muitas coisas específicas também conhecidas pelas pessoas nos Estados Unidos da América – e isso que acontece em geral mais do que o inverso, por causa da hegemonia dos meios de comunicação e da cultura dos EUA), outras relações entre comunidades epistêmicas são inclusivas. Portanto, como uma (meta-) estratégia geral podemos formular esta regra (quase) redundante:

K5: Assuma que os receptores compartilham o conhecimento de todas as comunidades epistêmicas mais abrangentes de que fazem parte.

Isso significa que entenderemos que os psicólogos dos Estados Unidos compartilham os conhecimentos de seu grupo profissional, mas ao mesmo tempo também os conhecimentos das pessoas que vivem nos Estados Unidos, bem como os conhecimentos mais gerais da cultura ocidental e o conhecimento universal. Em outras palavras, e um tanto trivialmente, por simples implicação ou inclusão, compartilhamos todos os conhecimentos de todas as comunidades às quais nosso próprio grupo pertence (ver a seguir a discussão sobre a base comum compartilhada das comunidades culturais ‘inclusas em outras’: Clark, 1996). E sobre essas regras gerais de administração do conhecimento opera o mecanismo-K dos modelos de contextos.

Vemos que, em vez de assumir a tarefa impossível de representar tudo aquilo que os receptores sabem, os falantes aplicam umas poucas estratégias simples baseadas em *seu próprio* conhecimento, baseadas no que disseram antes aos receptores no que diz respeito a conhecimentos específicos e no que eles compartilham como membros de comunidades epistêmicas, no que diz respeito ao conhecimento geral. Em outras palavras, o célebre problema filosófico

das Outras Mentas, aplicado ao problema de saber o que os outros sabem, é resolvido de maneira simples por meio de algumas estratégias práticas que se baseiam em nosso próprio conhecimento, geral ou específico.

CASOS ESPECIAIS

Essas estratégias *gerais* funcionam para a maioria dos efeitos práticos. Estratégias específicas podem ser aplicadas em casos especiais, por exemplo quando o falante não se lembra se informou os receptores antes ou quando o conhecimento geral é bastante especializado ou novo, casos em que os receptores precisam que lhes seja explicada a nova informação, como acontece para a maioria dos conhecimentos científicos ou tecnológicos novos, ou sobre povos ou países relativamente desconhecidos. Nesses casos, esse conhecimento não seria normalmente pressuposto, mas é o assunto de lembretes ou explicações nos meios de comunicação de massa, nos livros didáticos ou em algum outro discurso público (sobre o papel do conhecimento pressuposto no discurso de divulgação, e para mais referências, ver, por exemplo, Calsamiglia e Van Dijk, 2004: 369-389).

Quando sabemos ou acreditamos que os receptores pertencem a uma comunidade epistêmica diferente, precisamos de estratégias especiais para a comunicação intercultural, por exemplo, evitar pressupor aquilo que acreditamos ser desconhecido para os membros da outra comunidade, o que pode levar a estratégias discursivas que visam dar lembretes ou explicações de 'nosso' conhecimento (para detalhes, ver a ampla bibliografia existente sobre comunicação intercultural, por exemplo, Di Luzio, Günthner e Orletti, 2001; Gudykunst, 2003, 2005; Kiesling e Paulston, 2005).

Aplica-se aqui a mesma estratégia geral, a saber, aquela em que o conhecimento do conjunto mais abrangente (por exemplo, o conhecimento cultural compartilhado por dois grupos sociais diferentes) pode, como sempre, ser pressuposto. Em outras palavras, precisamos explicar somente o conhecimento mais específico do grupo epistêmico ao qual pertencemos e ao qual os receptores não pertencem – como quando explicamos noções linguísticas a não linguistas.

Nossa discussão mostrou que as estratégias do dispositivo-K pressupõem que há diferentes tipos de conhecimentos, por exemplo, quanto ao fato de serem organizados pela abrangência das comunidades epistêmicas e pelos processos

de aquisição e compartilhamento: pessoais, interpessoais, de um grupo, de uma nação, de uma cultura ou da humanidade, cada um dos quais implica o conhecimento do nível imediatamente mais alto. E cada tipo de conhecimento leva a diferentes tipos de pressuposição no discurso, variando possivelmente no interior de um mesmo discurso. Assim é que, na narrativa de histórias, encontraremos pressupostos todos os tipos de conhecimentos interpessoais, nacionais e culturais, ao passo que nas declarações internacionais podemos supor que somente são pressupostos os níveis de conhecimento mais altos (maior abrangência) – embora essas declarações, por sua vez, pressuponham um conhecimento de grupos de elite interculturais, como advogados e diplomatas. Em outras palavras, os diferentes gêneros de discurso também estão associados a diferentes tipos de administração do conhecimento, ou a diferentes contextos, como também sabemos pelo papel do aprendizado a partir do discurso, como acontece na educação ou na divulgação científica.

A RELEVÂNCIA DISCURSIVA DO CONHECIMENTO

A importância do papel do conhecimento como uma categoria dos modelos de contextos, bem como as estratégias do dispositivo-K, tem consequências fundamentais em todos os níveis da produção e compreensão do discurso. Já vimos que a administração do conhecimento controla a produção de atos de fala como as asserções, e o mesmo vale obviamente para as perguntas (caso em que o falante assume que o receptor tem algum conhecimento que ele próprio não tem). Analogamente, fragmentos 'conhecidos' de sentenças ou discursos podem ser pressupostos, e podem ser assinalados de maneiras especiais, por exemplo, pela ordem na sentença (tópicos nas estruturas tópico-comentário) ou por sentenças antepostas começando com *que* (por exemplo, numa sentença como "Que Blair entrou na guerra do Iraque enfureceu muitos membros de seu próprio partido", assume-se que a oração subordinada que começa com *que* é conhecida do receptor). Também vimos que é possível mostrar que não se sabe se o receptor compartilha ou não algum tipo de conhecimento por meio de lembretes ou por perguntas sobre esse conhecimento, ou sobre eventos de fala prévios. Por fim, estratégias de conhecimento são aplicadas na produção e compreensão dos pronomes, dos demonstrativos, das expressões definidas e indefinidas, e assim por diante. Enfim, muitos aspectos do texto

e da fala recebem sua forma dos modos como os participantes representam e administram o conhecimento (mútuo), como veremos com mais detalhes no próximo capítulo.

CONHECIMENTO E CONTEXTUALISMO EM FILOSOFIA

Em Filosofia, a relevância de um enfoque contextual do conhecimento foi ressaltada, especialmente, por várias linhas de pesquisa teórica em epistemologia, chamadas de 'contextualismo' (para detalhes, ver Blaauw, 2005; Brendel e Jäger, 2005; Preyer e Peter, 2005). Embora os argumentos aduzidos em favor do contextualismo variem de acordo com os respectivos autores, sua principal tese é que as reivindicações de que algo tem *status* de conhecimento [*knowledge claims*] são dependentes de contexto. Assim, os esquemas em que essas reivindicações se baseiam são mais ou menos rigorosos, dependendo do conhecimento da comunidade, de modo que, por exemplo, aquilo que seria aceito como conhecimento (ou seja, definido como 'crença justificadamente verdadeira') nos contextos informais da vida cotidiana pode não ser aceito em um contexto científico. Esse argumento é especialmente relevante para rebater o célebre argumento cético de acordo com o qual, estritamente falando, nunca podemos ter certeza de que uma reivindicação de conhecimento é verdadeira: afinal, aquilo que experienciamos como real poderia não ser mais do que um sonho, uma ilusão ou uma requintadíssima construção de extraterrestres que não têm mais nada para fazer na vida.

Dado esse quadro, alguns contextualistas definem 'saber' como uma expressão inicial, cuja interpretação pode variar de acordo com a pessoa que a usa ao atribuir conhecimento a outros – uma concepção, seja como for, que tem pouco a ver com a semântica das expressões indiciais. Alternativamente, o conhecimento é aferido por meio de atributos escalares, como 'grande' ou 'pesado', cujas interpretações também variam conforme os contextos de uso, mesmo quando, naturalmente, 'saber' não é escalar e, por ser um verbo, tem um comportamento muito diferente do desses adjetivos. Em outras palavras, as interpretações contextuais das reivindicações de conhecimento não dependem, semanticamente, dos diferentes sentidos ou das várias referências indexadas de 'saber', mas precisam ser relacionadas, pragmaticamente, aos usuários da língua, às comunidades linguísticas, com seus conhecimentos e seus padrões epistêmicos.

Sem entrar nesse debate aqui, basta ressaltar que em minha esquematização não somente as reivindicações de conhecimento são dependentes do contexto, mas *todos* os discursos o são. Nesse sentido, o contextualismo – em Linguística, em estudos do discurso e em Psicologia – é tão crítico para com as abordagens formalistas da Linguística como o é do formalismo abstrato em epistemologia, e do uso que ele faz de exemplos descontextualizados e inventados que pouco têm a ver com o modo como palavras como 'saber', 'acreditar' e 'verdade' e suas justificações são usadas no discurso natural.

Uma das principais teses deste livro é que o discurso é produzido e interpretado sob o controle de modelos mentais de contextos. Um dos componentes desses modelos é um dispositivo de conhecimento que controla os modos como o conhecimento pessoal ou socialmente compartilhado dos falantes (aí incluído o conhecimento que eles têm a respeito do conhecimento dos receptores) é administrado para produzir discursos ou interpretações apropriados. Nessa administração são cruciais certas estratégias que, para a maioria dos discursos, se baseiam na natureza socialmente compartilhada do conhecimento dos interlocutores da mesma comunidade de conhecimento.

Todavia, os participantes da fala podem fazer parte de diferentes comunidades de conhecimento, cada uma com seus próprios critérios ou padrões para permitir que seus membros encarem certas crenças como conhecimento, de modo que aquilo que calha de ser conhecimento para os membros de uma comunidade pode ser uma crença falsa ou simplesmente ignorada para os membros de uma outra. Isso também significa que, falando em termos gerais, o conhecimento não precisa ser explicitamente autoatribuído (por exemplo, no formato 'Eu sei que p') porque esse conhecimento entre membros da mesma comunidade é pressuposto ao fazer uma asserção de *p*. Um uso explícito de 'saber' seria mais apropriado em contextos nos quais os falantes acreditam que (os receptores acreditam que) há dúvidas sobre o que eles sabem (para uma análise do conhecimento e dos usos especiais de 'saber' nos debates parlamentares, ver Van Dijk, 2003).

A situação é parecida no que diz respeito a 'entendimento'. Os receptores interpretam os discursos – inclusive aqueles que fazem referência a conhecimentos – em termos do modelo mental que vão construindo a respeito da situação comunicativa, incluindo o ambiente espaço-temporal, a identidade, os papéis ou relações entre os participantes, suas intenções e o conhecimento do momento.

Em suma, os argumentos contextualistas valem para qualquer uso da língua, e o uso de verbos como 'saber' é especial somente porque o conhecimento dos participantes é uma categoria crucial nos modelos de contextos. É com base nesses modelos de contexto que os receptores podem inferir de uma asserção p que o falante sabe que p , e, ao mesmo tempo, que o falante sabe que o receptor não sabia que p (ou tinha esquecido que p , e precisava ser lembrado de que p etc.). Uma abordagem como essa também dá conta de discursos em contextos não assertivos, como perguntas, promessas, ordens e assim por diante, nos quais a noção de 'verdade' não tem aplicação.

Analogamente, a teoria dos modelos de contexto permite esclarecer em maior detalhe possíveis conflitos de comunicação, inclusive aqueles que se baseiam no conhecimento. Assim, aquilo que um falante pressupõe no discurso, assumindo um conhecimento compartilhado, pode não ser conhecido do receptor, porque falante e receptor pertencem a comunidades de conhecimento diferentes, com conjuntos de conhecimentos diferentes, ou com diferentes critérios para avaliar as crenças como conhecimentos.

Uma discussão mais aprofundada do contextualismo em epistemologia e de suas relações com uma teoria contextual do discurso foge aos objetivos deste livro. Contudo, eu arrisco que muitas de suas teses e problemas podem ser mais bem tratados numa teoria que explique como as expressões ou implicações do conhecimento são controladas por modelos de contexto.

CONHECIMENTO E BASE COMUM

As estratégias para administrar o conhecimento controlado pelo contexto no processamento do discurso pressupõem investigações prévias sobre *base comum* [doravante BC; em inglês: *common ground* = CG], especialmente as realizadas por Herbert Clark e seus coautores (ver, por exemplo, Clark, 1996; Clark e Marshall, 1981: 10-63; ver também Pickering e Garrod, 2004). A teoria de Clark sobre base comum foi desenvolvida como parte de uma teoria do uso da língua definida como 'ação conjunta' em que a conversação face a face era tomada como o 'ambiente básico'. Clark remete a Stalnaker (1978: 315-332; mas ver também Stalnaker, 1999, 2002: 701-721) como o autor que introduziu a noção de BC, e a Schiffer (1972) para a noção de 'conhecimento mútuo', noção essa à qual também se faz referência em Van Dijk (1972: 320); ver também a breve

discussão sobre o papel do conhecimento e da pressuposição na comunicação em Semântica e Pragmática do discurso em Van Dijk (1977: 218ss).

Clark ressalta que o estudo da língua como ação conjunta requer uma abordagem tanto cognitiva quanto social, acentuando que a BC é essencial para definir *contexto*, uma noção que, diz ele, tem sido deixada frequentemente sem definição em outros tratamentos do uso da língua (p. 92).

Clark define base comum como a "soma dos conhecimentos e crenças que os participantes compartilham" (p. 93) e como uma representação partilhada que se acumula ao longo das 'atividades conjuntas' dos participantes, e especifica suas partes constitutivas como a BC Inicial (os fatos que constituem o pano de fundo, as suposições e crenças pressupostas no início da atividade), o Estado Corrente da atividade conjunta (aquilo que os participantes supõem ser o estágio da atividade no momento), e os Eventos Públicos até o momento (eventos que os participantes pressupõem terem ocorrido publicamente, levando ao estado corrente) (p. 43). A base comum inclui a representação do discurso como textual, por um lado, e situacional, por outro. Todavia, a noção de 'representação situacional' de Clark é mais ampla do que a de Van Dijk e Kintsch (1983), que inclui somente uma representação das propriedades da situação *acerca* da qual se fala, isto é, o contexto 'semântico', mas não os participantes, o tempo, o lugar e os entornos do contexto comunicativo ou 'pragmático'. Um dos principais problemas da conversação, e das atividades linguísticas em geral, é a coordenação, isto é, que os destinatários compreendam o que os falantes querem dizer.

Note-se também que, para outros autores, as definições de base comum e contexto parecem superpor-se. Assim, tanto Stalnaker (1999) como Sperber e Wilson (1995) definem contexto em termos de conhecimento compartilhado dos participantes na comunicação, reduzindo, desse modo, o contexto a uma noção (formal), ou seja, a um conjunto de conhecimentos ou crenças indiferenciados e não analisados. Neste capítulo, eu argumentei extensamente a favor da tese de que os contextos precisam de modelos construídos de um modo muito mais articulado, e em termos de esquemas de estruturas de modelos específicos na memória episódica, em que o conhecimento (compartilhado) é apenas um aspecto entre muitos.

Uma das razões para esse tratamento reducionista do contexto, em termos de conjuntos de crenças, nas abordagens formalistas, é que o 'contexto' é frequentemente entendido como uma base somente para a interpretação

'indiciada', significatividade ou verdade, e não como um componente de uma teoria da adequação. Os limites entre a semântica e a pragmática são notoriamente vagos, mesmo nos estudos mais formais e filosóficos. Isso é especialmente verdade naquelas situações em que o sentido ou a referência dependem do 'contexto', isto é dos ambientes do momento (tempo, lugar), ou dos participantes da fala e suas crenças (recíprocas ou não).

Mais tecnicamente, vários tipos de base comum são definidos por Clark, como no livro de Lewis sobre convenção, em termos de estar ciente de uma 'base' compartilhada (por exemplo, algum evento ou situação); os participantes ou membros compartilham conhecimentos sobre algum fato, e isso de maneira reflexiva: eles têm bases para acreditar que os outros sabem dele também. Note-se que, para cada participante, essas representações são individuais: sobre aquilo que os outros sabem, ou sobre se compartilhamos a mesma informação, eu posso ter somente crenças, e essas crenças, evidentemente, podem ser equivocadas. A coordenação em vistas dá ação conjunta requer uma base compartilhada para algum componente da base comum: por exemplo, dois participantes olham e veem ambos o mesmo objeto (e um vê o outro olhando para esse mesmo objeto).

Clark faz uma distinção entre base comum de uma comunidade e base comum pessoal. A primeira é o tipo de base comum de comunidades culturais cujos membros compartilham o mesmo 'conhecimento especializado' [*expertise*]. Tais comunidades podem ser definidas pela nacionalidade, pelo local de residência, pela escolaridade, pela capacitação profissional, pelo emprego, por um hobby, pela língua, pela religião, pela política, pelo grupo étnico, pela subcultura, pela turma [*cohort*] ou pelo sexo (p. 103), e seus membros podem ter em comum (uma quantidade maior ou menor de) conhecimentos de geografia, história, valores, gírias, ideologias, perícia técnica [*know-how*], e assim por diante. Essas comunidades podem ser parte de outras comunidades (os nova-iorquinos são também norte-americanos etc.). Em nossas crenças sobre os conhecimentos dos outros distinguimos, evidentemente, aqueles que pertencem à mesma comunidade que nós (os "nossos" [*insiders*]) e os "outros" [*outsiders*]. E tanto uns como outros podem ser reconhecidos por muitos tipos de evidências naturais e circunstanciais, ou por manifestações exteriores explícitas (aparência, roupas, fala, uniformes etc.), de modo que podemos inferir qual é nossa base comum mais provável.

A base comum pessoal tem por fundamento experiências pessoais conjuntas, como a percepção ou interação conjunta, e podemos definir relacionamentos

Base
comum
pessoal

diferentes (como relacionamentos de estranhos, parentes, amigos etc.) com base na amplitude da base comum pessoal. Naturalmente, a base comum pessoal pressupõe frequentemente uma base comum cultural: meu conhecimento pessoal acerca de um de meus estudantes pressupõe um conhecimento cultural mais geral sobre estudantes.

BASE COMUM E MODELOS DE CONTEXTO

Assumimos que os modelos de contexto comportam um dispositivo-K especial. Para cada momento num discurso, esse dispositivo estabelece a base comum do falante e do(s) destinatário(s), e assim, juntamente com o resto do modelo de contexto, o dispositivo-K é um dispositivo de coordenação para a ação (conjunta) e o discurso. Ele calcula seguidamente que conhecimentos socioculturais ou pessoais os destinatários compartilham com o falante naquele momento. Para ligar a teoria relativamente abstrata da base comum com os modelos de contextos, precisamos ligá-los mais explicitamente a estruturas ou representações cognitivas específicas. Assim, as percepções e experiências conjuntas dos participantes precisam ser explicitadas (por exemplo) nos modelos mentais que há na memória episódica, e no modo como tais modelos mentais são construídos, armazenados e recuperados. Analogamente, o conhecimento armazenado pessoalmente pressupõe velhos modelos de contextos em que estejam presentes informações sobre conversações ou mensagens durante as quais esse conhecimento foi comunicado. Os falantes podem referir-se a esses modelos de contextos por meio de ações [*moves*] conversacionais de lembrete tais como: "Você se lembra? Eu falei a você de um cara que...". E os vários tipos de base comum sociocultural (de comunidade) precisam ser explicitados em muitos tipos diferentes de representações de conhecimentos na memória 'semântica': ter a mesma língua, as mesmas habilidades, valores, ou conhecimentos geográficos são outros tantos tipos diferentes de base comum.

Também precisamos saber em que grau esses tipos diferentes de 'conhecimento especializado' socialmente compartilhado são ativados e aplicados na interação e no discurso em andamento e, em particular, nos modelos de contextos. Como acontece quando da construção de modelos de contextos simples, com base nas informações potencialmente infinitas sobre as propriedades de uma situação comunicativa, os usuários da língua também precisam

ser capazes de limitar o grande acúmulo de conhecimento sociocultural que eles compartilham com outrem. Para a interpretação do significado (semântico) do discurso, esse conhecimento sociocultural compartilhado pode ser ativado parcialmente (e então podem ser feitas inferências) e em seguida desativado quando já não é relevante. A maioria dos trabalhos a respeito de base comum é, nesse sentido, voltada para a explicação do entendimento semântico.

Para a construção do contexto, e portanto para uma compreensão *pragmática*, as estratégias são diferentes. Estabelecer e atualizar dinamicamente a base comum na conversação, mesmo contando com as estratégias mencionadas anteriormente, é uma tarefa complexa. Esse é um dos motivos pelos quais Pickering e Garrod (2004) sustentam que o diálogo em geral e a atualização da base comum em particular precisam fundamentar-se em heurísticas menos complexas. Por exemplo, os falantes podem, rotineiramente, seguir os modelos mentais e as estruturas de discurso dos falantes anteriores. Além disso, não é necessário construir o tempo todo modelos mentais a partir do nada, pois é possível que as especificações dos modelos de experiências anteriores permaneçam presentes. Analogamente, para a construção de modelos mentais, durante a conversação, os usuários da língua podem usar grandes partes dos modelos mentais e das estruturas de conhecimento já ativados com o fim de compreender o falante anterior.

Quando Tony Blair fala sobre o Iraque, tudo aquilo de que ele precisa para poder referir-se com sentido ao Iraque e ser compreendido é ativar o conhecimento geográfico e político relevante que ele compartilha com os MPs. Idem para sua referência às tropas inglesas e assim por diante. É o dispositivo-K desse modelo de contexto que, a cada momento, calculará esse conhecimento pressuposto usando heurísticas rápidas e práticas. Contudo, sua fala precisa ser não só significativa, sendo assim compreendida (semanticamente) pelos MPs, mas também adequada. Para isso, e também para construir e atualizar uma base comum, Tony Blair precisa construir um modelo de contexto no qual ele próprio será construído como primeiro-ministro, líder do Partido Trabalhista etc. e no qual serão construídos para os demais MPs identidades, atitudes e ideologias políticas e objetivos do mesmo tipo. Esse modelo de contexto como um dispositivo que monitora permanentemente a produção e a compreensão do discurso precisa ser suficientemente rico para controlar todos os aspectos de sua fala, mas não pode comportar tanta informação (instanciada) a ponto de tornar-se pouco manuseável.

Portanto, os modelos de contextos precisam ainda mais de restrições, no que diz respeito à seleção das informações relevantes na base comum, do que a construção de modelos (semântica) dos eventos. Muito mais pesquisa teórica e empírica será necessária para identificar em detalhe os processos estratégicos de acordo com os quais o conhecimento compartilhado é aplicado na produção e compreensão de discursos significativos e adequados. Nos limites deste livro, precisamos, especificamente, saber mais sobre o modo como a BC é estabelecida estrategicamente como uma parte do dispositivo-K dos modelos de contextos atualizados de modo dinâmico.

OUTRAS MENTES

O contexto, a base comum e o conhecimento recíproco relacionam-se à célebre questão filosófica das outras mentes: como sabemos o que os outros sabem, pensam ou sentem, e, para começar, se eles têm mesmo uma mente? (Ver, por exemplo, Avramides, 2001; Malle e Hodges, 2005.)

Não nos aprofundaremos nessa questão filosófica; simplesmente, admitiremos que os agentes sociais têm a capacidade de representar através de modelos outros agentes sociais, bem como suas propriedades mentais, com base numa série de estratégias interacionais, socialmente compartilhadas, como fazer inferências a partir das ações que percebem, tirar conclusões sobre as autodescrições dos outros e fazer comparações com base na percepção de si mesmos (introspecção).

Como é óbvio para o discurso e os modelos de contextos, essas representações das outras mentes são condições cruciais de qualquer interação, cooperação ou discurso. Assim, as estratégias-K são uma parte de uma série de estratégias que inferem o que os outros sabem com base no que significa pertencer à mesma comunidade epistêmica. Embora essa estratégia se aplique somente ao conhecimento compartilhado, há outras que permitem aos agentes fazer inferências sobre as crenças e os sentimentos dos outros, partindo do conhecimento pessoal, e também representam essas inferências como partes de seus modelos de contextos.

Mais do que a maioria dos linguistas, T. Givón explorou as relações entre a língua, o discurso, a mente e o contexto. Em seu livro *Context as Other Minds* (Givón, 2005), ele trata de um grande número de questões

cognitivas, filosóficas e linguísticas como parte de uma teoria pragmática muito abrangente: categorias como os protótipos, as redes semânticas, a coerência, e assim por diante. Como o título de seu livro sugere, a noção de 'contexto' é o eixo de sua investigação pragmática, e, citando Sperber e Wilson no início, ele também define os contextos como construtos mentais, como eu faço por este livro afora. Os seres humanos conseguem fazer-se entender porque assumem que seus destinatários compartilham sua gramática e seu léxico, além de conhecimentos socioculturais mais gerais, como parte do contexto de momento.

Como no caso de muitos outros tratamentos formais, Givón dá, desses contextos, uma definição excessivamente ampla, em termos de conhecimento compartilhado como base comum – e é discutível se devemos chamar uma tal investigação de semântica (porque a referência está envolvida) ou pragmática (porque se baseia em conhecimentos contextuais compartilhados). Como tipos de contextos, ele distingue assim uma “rede genérica compartilhada”, uma “situação de fala compartilhada” e um “texto presente compartilhado”, associados com a memória semântica, a memória de trabalho e a memória episódica, respectivamente (p. 101).

Ele aplica essas noções à descrição, por exemplo, dos sintagmas nominais definidos e das expressões indiciais. Note-se, porém, que em meu modelo essas interpretações não estão baseadas no modelo de contexto, mas no modelo mental (também compartilhado na memória episódica) dos eventos ou das situações *sobre* as quais versa o discurso (ver também Van Dijk e Kintsch, 1983). Givón ressalta que o modelo mental que temos das mentes dos destinatários muda constantemente – os falantes precisam atualizar constantemente aquilo que o ouvinte sabe. Esses *insights* são também relevantes como condições dos atos de fala (S sabe que H sabe que...) (p. 104-105). Finalmente, ele encaixa a teoria das outras mentes numa perspectiva evolucionária e neurológica mais ampla. Uma das contribuições valiosas desse livro é a investigação das relações entre as propriedades fundamentais da língua e do discurso, tais como a coerência, por um lado, e os aspectos filosóficos e psicológicos da mente, tais como o conhecimento compartilhado associado com a ‘situação de fala’, por outro lado.

Note-se, porém, que, excetuado o conhecimento, Givón praticamente não explora as outras dimensões do contexto como representações complexas das situações comunicativas.

Outras categorias cognitivas?

Se o conhecimento atribuído e compartilhado é fundamental na nossa interpretação das situações comunicativas, e também nos modelos de contextos, o mesmo poderia ser verdade de outros tipos de representações mentais. Por exemplo, tem a mesma importância conhecer as *atitudes* sociais e as *ideologias* das pessoas? Acaso adaptamos nossa fala e nosso texto às orientações e crenças políticas e sociais dos receptores?

Provavelmente, sim. As feministas provavelmente não falam do mesmo modo quando interagem entre si e quando interagem com não feministas ou antifeministas. Pressupor atitudes idênticas ou relacionadas a respeito de questões sociais ou ideologias mais gerais altera de maneira profunda as estruturas retóricas e argumentativas do discurso: os receptores não precisam ser persuadidos ou convencidos das normas gerais, valores ou princípios, e o mesmo vale para sua aplicação a acontecimentos ou atos específicos (para detalhes, ver Van Dijk, 1998).

Portanto, os usuários da língua precisam saber se os receptores pertencem ao mesmo grupo ideológico. Se for o caso, é possível pressupor argumentos gerais, e não haverá necessidade de uma persuasão mais explícita. Senão, os usuários da língua só podem pressupor e invocar ideologias, valores e normas de nível mais alto, que eles presumem compartilhados pelos receptores. Por exemplo, as feministas pacifistas podem apelar nesse caso a valores feministas de nível mais alto, para persuadir feministas não pacifistas.

É claro que, em muitas formas de discurso público, e com auditórios ideologicamente heterogêneos, não há nenhuma pressuposição ideológica desse tipo que se aplique. Nesse caso, somente valores compartilhados de nível mais alto podem ser pressupostos nas discussões. Por exemplo, os cidadãos dos Estados Unidos podem ter atitudes diferentes acerca da Guerra do Iraque, e ainda assim compartilhar uma ideologia nacionalista, o que permite aos que defendem a posição favorável à Guerra apelar para o ‘patriotismo’ de receptores contrários à Guerra. Isso será verdade também para a compreensão preconceituosa do discurso.

Como as ideologias influenciam profundamente muitos níveis, estruturas e estratégias da fala e do texto, parece plausível que essas ideologias sejam exigidas como parte das propriedades cognitivas dos participantes – isto é, tanto no que diz respeito ao Eu-mesmo/falante como nas propriedades que se atribuem, a título de tentativa, aos receptores.

Na realidade, para entender o debate feito na Câmara dos Comuns sobre o Iraque, eu preciso tornar explícitos alguns parâmetros contextuais fundamentais, tais como as ideologias dos participantes – que afetam não só (semânticamente) seus juízos sobre o Iraque, mas também (pragmaticamente) quem é (no momento) proponente, oponente ou dissidente, uma categorização política dos participantes que controla muitos aspectos do debate.

Por fim, ao lidar com o conhecimento, eu discuti tão somente o conhecimento ‘do mundo’ pessoal ou social, e não dei atenção especificamente ao conhecimento (das regras, normas etc.) da língua, do discurso e da comunicação. Obviamente, uma fala apropriada pressupõe falar de maneira (mais ou menos) ‘correta’, e não há dúvida de que os modelos de contextos das pessoas também se baseiam nesse conhecimento linguístico geral como um recurso fundamental (Blommaert, 2001). Isto é, se seu conhecimento linguístico é fragmentário, seus contextos podem ser deficientes, porque o conhecimento geral da língua inclui a capacidade de adaptar o uso da língua às situações sociais. É isso que acontece tipicamente com os imigrantes procedentes de outras comunidades, que por isso mesmo podem ser discriminados no mercado de trabalho e em outros domínios de suas vidas quotidianas (ver, por exemplo, Campbell e Roberts, 2007: 243-271).

A aquisição das categorias dos modelos de contextos

Pouco sabemos sobre a aquisição das categorias dos modelos de contextos. A Psicologia do Desenvolvimento e a Psicolinguística, como regra geral, têm centrado suas atenções na aquisição da gramática, e não na maneira como as crianças aprendem a compreender as situações comunicativas, ou, em geral, as regras pragmáticas do uso da língua. Ainda assim, desde uma idade muito tenra as crianças aprendem a adaptar suas falas à situação comunicativa, e assim precisam ser capazes de analisar pelo menos algumas das categorias relevantes usadas na compreensão dessas falas.

A pesquisa recente em Psicologia do Desenvolvimento fixou-se principalmente no modo como as crianças aprendem a entender as *intenções* dos outros com quem interagem (Tomasello, 1999a: 63-75; Tomasello, Carpenter, Call, Behne e Moll, 2005). Os autores ressaltam que o entendimento recíproco das intenções é um desenvolvimento da cognição humana, em oposição à cognição

dos primatas não humanos, o qual ocorre na criança no período entre 9 meses e 1 ano. Como as intenções definem o significado da ação, isso significa que as crianças por volta dessa idade começam a entender que os outros se envolvem intencionalmente em condutas que visam tornar reais certos objetivos específicos, sobretudo na conversação. Assim, elas também aprendem que, falando, podem modificar o comportamento de outros, e assim alcançar seus próprios objetivos (por exemplo, conseguir comida, brinquedos etc.).

Aprender sobre a intencionalidade é parte de um processo mais longo e complexo em que o indivíduo aprende a entender seu entorno interacional e comunicativo. Isso significa que, expostas a um entorno social complexo, as crianças paulatinamente aprendem a entender e administrar ‘cenas atencionais conjuntas’ (Tomasello, 1999b), cujos ingredientes são elas próprias, outros participantes e alguns objetos em foco, por exemplo, objetos que estão sendo manipulados, mostrados ou procurados. Mais especificamente, elas aprendem que o mesmo acontece nas situações comunicativas, nas quais a cena de atenção visual ou interacional é mais limitada às coisas de que se fala ou às pessoas que participam da conversa. Nesse sentido, as situações comunicativas, assim construídas como modelos de contextos, atuam como interface entre o discurso e o mundo.

Obviamente, a aquisição de esquemas para modelos de contextos envolve mais do que o mero reconhecimento de intenções recíprocas. Já vimos que esse tem que ser o caso, também, e inclusive num estágio mais inicial, para a representação e o entendimento dos objetivos. A seguir, as crianças precisam aprender os processos para estabelecer uma base comum epistêmica: elas precisam saber pelo menos alguma coisa sobre o conhecimento compartilhado com outros participantes na fala e na interação. Elas precisam organizar a experiência corrente e os modelos de contexto em termos de Eu-mesmo e relacionar outras categorias situacionais (ambiente etc.) a essa organização egocêntrica dos modelos de contextos, e então aprender que os modelos dos outros participantes contêm seus próprios modelos de contextos (egocêntricos, incluindo suas próprias intenções, como foi discutido). Até esse ponto, temos somente um conhecimento fragmentário e mais geral dos processos, representações e desenvolvimentos envolvidos (por exemplo, o desenvolvimento do Eu-mesmo, a orientação espacial e temporal relativa ao Eu-mesmo, o aqui e agora, a percepção das pessoas, o aprendizado dos papéis sociais e comunicativos etc.) e precisamos de mais teoria e mais trabalho empírico para aplicar esses *insights*

no estudo da aquisição e desenvolvimento dos modelos de contexto e de suas categorias esquemáticas.

Processamento de hipóteses para modelos de contextos

conclusão

Agora que temos o primeiro esboço informal de um quadro teórico para as estruturas de contextos como modelos mentais na memória, precisamos finalmente dar atenção a algumas questões mais específicas do processamento cognitivo. As pessoas formam, ativam, atualizam ou executam modelos de contexto durante a produção e a compreensão do discurso, mas, como tudo isso é feito exatamente, e como esse processo está relacionado com outros processos de interação no discurso? Obviamente, sem estudos experimentais (e outros estudos empíricos) detalhados só posso especular sobre a maneira como os modelos de contextos são formados, ativados, atualizados e aplicados nos processos de discurso efetivos, e faço isso com base em *insights* mais gerais sobre a natureza do entendimento da situação e do discurso. Na realidade, seria muito improvável que os tipos de representações, estratégias e outros processos envolvidos fossem totalmente únicos. Seja como for, o que segue são meramente hipóteses gerais.

FORMAÇÃO DOS MODELOS DE CONTEXTOS

Presumimos que os modelos de contextos não são construídos a partir do zero ou de repente no início da fala, mas constituem um caso especial de modelos da experiência em andamento. Isso significa que, antes que comece um evento comunicativo, uma grande parte do modelo de contexto, mais exatamente um modelo da experiência, já está frequentemente pronto: em nível local, o ambiente (tempo e lugares presentes), participantes daquele momento com seus papéis sociais e seus conhecimentos, ações sociais em curso; em nível global, categorias análogas.

À medida que o modelo da experiência vai sendo executado, então, um participante pode formar o desejo de que outros participantes da situação saibam, acreditem ou façam algo, e que tal estado de coisas possa ou deva ser trans-

formado em realidade pelo discurso e não por outras formas de interação. É nesse ponto que o modelo de contexto será construído (especificado, adaptado) como um caso especial do modelo da experiência, de modo tal que as categorias de participantes envolvam as dos falantes e receptores, entre outros, e que a ação em curso, a ser planejada e controlada, seja verbal em vez de não verbal.

A essa altura, o dispositivo-K terá fornecido as suposições relevantes sobre aquilo que os receptores já conhecidos sabem (ou acreditam, ou querem). O conhecimento relevante para este mecanismo está sendo derivado a partir da representação já estabelecida da identidade dos receptores enquanto participantes do modelo de experiência: mais ou menos, sabemos a quem estamos falando ou escrevendo mesmo quando se trata de um grupo, e portanto sabemos também em que consiste seu provável conhecimento social.

Uma outra parte do *input* para o dispositivo-K do modelo de contexto é suprida pelos modelos mentais de eventos (o que sabemos sobre eventos) ou pelo conhecimento mais geral que temos sobre um assunto ou uma questão. Obviamente, esse conhecimento já existirá em larga medida antes que o modelo de contexto comece a operar, já que este, de qualquer maneira, representa a intenção de que uma parte desse conhecimento precisa ser compartilhada com os receptores.

Durante a execução do modelo de contexto, a informação para o dispositivo-K será atualizada dinamicamente, antes de mais nada pelo *feedback* do próprio discurso: aquilo que acaba de ser dito torna-se parte do contexto, como conhecimento novo, e aquilo que foi 'feito' pelo discurso também se torna parte do contexto, nomeadamente, como ações que condicionam as próximas ações.

Por fim, os modelos de contexto (ou os estados ou categorias do modelo de contexto operantes no momento) são ativos e representados na memória de trabalho de curto termo [*short-term working memory*] (ou numa memória de controle estreitamente relacionada: a memória de trabalho de longo termo [*long-term working memory*]): enquanto falamos, estamos o tempo todo mais ou menos cientes de quem somos, do fato de que estamos falando, de onde estamos e de quem são as pessoas a quem falamos e por quê. Outras categorias do contexto, tais como as mais globais, podem ser mantidas em um estado mais ou menos ativo na memória de trabalho de longo termo, lugar de onde podem prontamente ser recuperadas - por exemplo, a informação de que o discurso de Tony Blair sobre o Iraque no Parlamento acontece de acordo com a legislação britânica, e como uma forma de 'fazer' política externa.

PROCESSAMENTO DO DISCURSO CONTROLADO PELO CONTEXTO

Tão logo o esquema mais geral e os conteúdos provisórios das categorias relativas do modelo de contexto estão formados, o falante tem condições de começar a construir as estruturas do próprio texto ou fala, mas sob o controle mais geral de um modelo (fragmentário) de contexto.

Assume-se que esse processo acontece em paralelo em muitos níveis simultaneamente, a saber, os níveis da expressão (produção de sons ou inscrição gráfica), da seleção léxica, das estruturas sintáticas, da semântica local e global, da retórica, dos atos de fala e da interação, entre outros (para detalhes, ver Van Dijk e Kintsch, 1983; Kintsch, 1998).

Conforme ficou sugerido nos exemplos já dados, detectamos aqui o controle da produção do discurso pelo contexto, que começa na categoria mais ampla (a interação) e desce em seguida até as mais específicas (a realização fonética ou gráfica), passando pelos assuntos gerais e esquemas generalizantes (por exemplo, os da narrativa), significados locais e sentenças.

O que é relevante aqui é que o modelo de contexto exerce um controle abrangente sobre o processo de produção e compreensão, em primeiro lugar controlando que conhecimento geral e que informação presentes nos modelos de eventos (experiências, notícias) devem ser expressos e pressupostos nas estruturas semânticas globais e locais do discurso.

Em segundo lugar, durante a produção efetiva, os modelos de contexto controlam todas as estruturas variáveis do texto e da fala: as estruturas fônicas (entonação, altura, velocidade etc.), a sintaxe, a seleção léxica e mais geralmente o estilo, o registro e a retórica, ou seja, *como* as coisas são ditas e não *o que* está sendo dito. Conforme sabemos apoiados numa extensa pesquisa pragmática e sociolinguística, se a relação de participantes que prevalece no momento é definida de modo tal que o Receptor tem *status* mais elevado, ou poder maior, ou é muito mais velho do que o Falante, esse traço do contexto vai controlar, por exemplo, as estratégias de polidez específicas, as expressões de deferência e um amplo conjunto de outras propriedades discursivas, mais apropriadas quando se fala a um interlocutor mais poderoso.

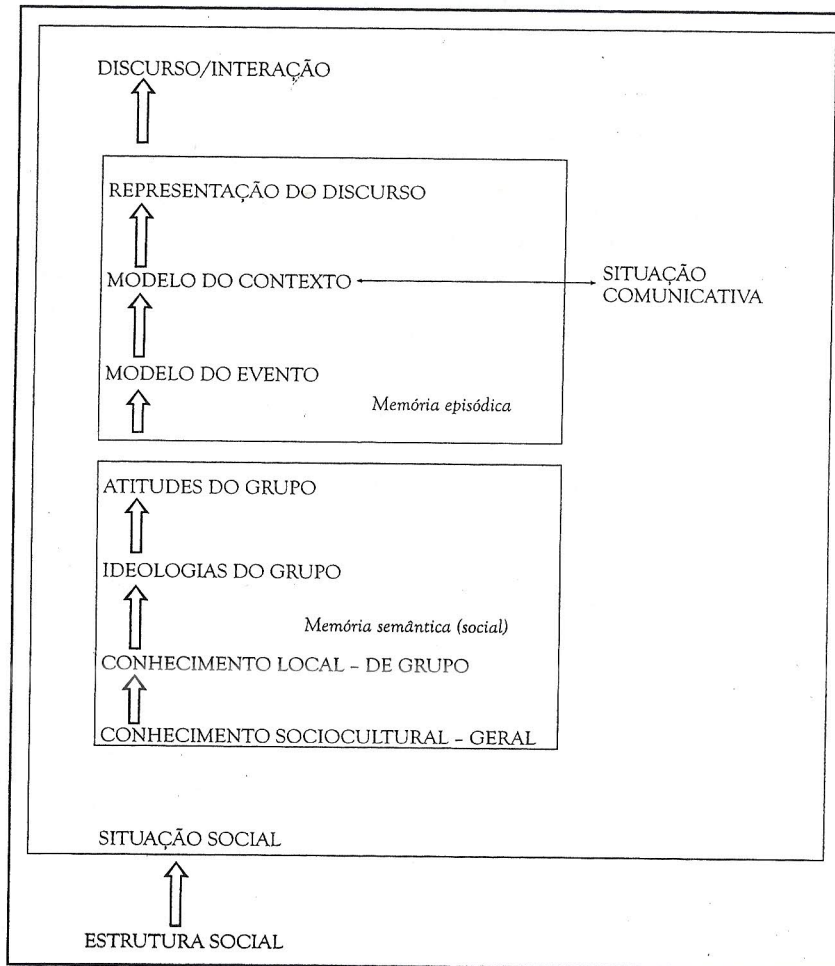
A direção geral do processo de produção do discurso vai de modelos de eventos (ou situações) dados, representados na memória episódica, até a produção estratégica do próprio discurso, passando pelos modelos de

contextos. Os modelos de eventos, neste caso, suprem a informação para o 'conteúdo' do discurso, isto é, *aquilo* que é dito, e os modelos de contextos controlam como as coisas são ditas na situação em curso: contamos a 'mesma' experiência de modos diferentes aos nossos amigos em casa e ao policial na delegacia de polícia. Naturalmente, as experiências precedem a situação comunicativa em que falamos sobre essas mesmas experiências. Isso significa que, embora os controles exercidos pelos modelos de eventos (situações) e pelos modelos de contextos sejam muitas vezes bastante independentes, os modelos de eventos podem influenciar não só o conteúdo ou o significado do discurso, mas também os modelos de contexto simultâneos que controlam seu estilo ou sua estratégia interacional. Por exemplo, tendemos a contar de maneiras diferentes as boas e as más notícias, e isso pressupõe um tipo diferente de modelo de contexto, no qual as más notícias redefinem o papel dos destinatários, fazendo deles pacientes ou vítimas (ver também Maynard, 2003).

Que os conteúdos do discurso podem mudar os modelos de contexto subsequentes (por exemplo, dos destinatários) é um elemento normal e crucial da teoria do contexto. Por exemplo, Tony Blair pode influenciar os modelos de contexto de seus receptores com o conteúdo de sua fala e com seu estilo agressivo, e uma amostra disso é sua redefinição das relações políticas com seus 'nobres colegas' MPs do Partido Trabalhista, que se opõem à Guerra no Iraque. Em sua compreensão (a partir desse momento) os destinatários estão construindo (atualizando) seu modelo de contexto ao mesmo tempo como compreensão do discurso e como formação do modelo de evento de que o discurso trata. Em suma, o discurso e sua interpretação (subjéctiva) podem influenciar diretamente o modelo de contexto dos receptores: as pessoas e as relações sociais são avaliadas com base naquilo que fazem e dizem.

Neste ponto, posso resumir todo o percurso de processamento do discurso dependente do contexto mediante o esquema da Figura 1. Faço-o colocando-me na perspectiva do falante/escritor, isto é, nos termos do modelo de contexto que estrutura o discurso - e não do modelo de contexto que controla a compreensão do discurso por parte dos destinatários. Nesse esquema simples, menciono somente os componentes e processos relevantes para nossa discussão, e não as muitas outras propriedades da representação na memória e da produção do discurso.

Figura 1. Um esquema simples da produção de discurso controlada pelo contexto



Embora os detalhes envolvidos no controle contextual da produção e compreensão do discurso estejam na agenda para a pesquisa futura na Psicologia do Processamento do Discurso, arrisco aqui mais algumas hipóteses sobre esses processos. Depois de ter feito isso parcialmente para o discurso de Tony Blair no Parlamento britânico, pude fazer esse trabalho de conjectura 'simulando' [*handsimulating*] um informe sobre algum evento internacional para um jornal

espanhol (esse foi o tipo de prática comunicativa que eu examinei em meu primeiro estudo mais longo sobre modelos de contextos, Van Dijk, 1998). Todavia, seria preciso ressaltar que esse 'rascunho' é naturalmente muito especulativo, pois ainda não temos outras evidências empíricas dos processos e representações envolvidas. Só reivindico plausibilidade para a coerência geral com os conhecimentos que temos até o momento em matéria de compreensão (dos discursos e dos eventos).

Para um jornalista, escrever uma reportagem de notícias é uma das experiências diárias rotineiras da vida profissional, junto com outras experiências como ler os jornais e os *press releases*, participar de entrevistas coletivas, fazer ligações telefônicas, entrevistar fontes ou testemunhas, participar de reuniões editoriais no jornal, falar com colegas, fazer buscas na internet, e assim por diante (Gans, 1979; Tuchman, 1978; Van Dijk, 1988b). Muitas dessas atividades são em si mesmas práticas discursivas: as reportagens de notícias são de muitas maneiras o resultado de processar informações extraídas de muitos textos-fonte (Van Dijk, 1988b). A experiência jornalística diária é, portanto, uma sequência contínua de práticas discursivas, contextualmente segmentadas em gêneros discretos ou tarefas profissionais, tais como fazer entrevistas ou participar em coletivas de imprensa.

Assim, ao iniciar a produção do discurso envolvida na redação de uma notícia, qualquer jornalista já tem à sua disposição, pronto, um modelo provisório de contexto do qual constam, por exemplo:

- o ambiente corrente (tempo/data - prazo - localização);
- possíveis materiais de apoio relevantes (por exemplo, um computador do tipo laptop para escrever ou para ser usado nas buscas da internet, ou para conectar-se com os editores e com as bases de dados do jornal);
- identidades relevantes no momento, comunicativas ou sociais (repórter, empregado do jornal X, cidadão espanhol, mulher etc.);
- relações com outros participantes (por exemplo, uma relação de subordinação com o editor-chefe de notícias internacionais);
- conhecimento recente a respeito de eventos internacionais dignos de serem noticiados;
- conhecimento contextual sobre aquilo que já foi noticiado sobre o evento (se ele não for novo) e, portanto, sobre aquilo que os leitores (possivelmente) já sabem;

- conhecimento contextual sobre o conhecimento sociocultural dos leitores;
- conhecimento sociocultural aplicado às propriedades gerais de eventos novos;
- conhecimento profissional aplicado a como se escrevem notícias;
- atitudes profissionais aplicadas e ideologias compartilhadas com outros repórteres;
- atitudes sociais aplicadas e ideologias acerca deste tipo de evento internacional;
- ideologias profissionais enquanto jornalista;
- intenção de escrever uma reportagem de notícias;
- propósito de informar os leitores do jornal X;
- emoções sobre o evento noticiado;
- emoções sobre aspectos dos componentes do contexto corrente (numa entrevista, a relação com o editor etc.).

Grande parte desse modelo de contexto (e sua organização interna) ganhou um tratamento rotineiro, como as próprias práticas de reunir e escrever notícias, e por isso pode ser ativado quando é instanciado um esquema pessoal mais geral para eventos comunicativos desse tipo. O 'conhecimento do evento' que será objeto da reportagem também é um modelo mental na memória episódica, construído com a informação de um ou mais textos-fonte, juntamente com conhecimentos socioculturais políticos mais gerais, a respeito desses eventos.

Portanto, quando começa a escrever, o jornalista tem um modelo (semântico) do evento, bem como um modelo de contexto parcial (um 'plano' para a redação de notícias) que controlarão a escrita efetiva e serão adaptados localmente e à medida; por exemplo, quando para cada aspecto do evento que está sendo descrito é preciso calcular o tanto que os leitores já conhecem – a saber, mediante as estratégias do dispositivo-K. Ao mesmo tempo, o jornalista precisa aplicar um certo número de normas e valores profissionais, avaliando, por exemplo, valores de notícia, que calcularão quais aspectos do evento são mais ou menos dignos de ser noticiados, uma condição que vai controlar muitos aspectos da redação da notícia, desde a seleção dos assuntos e a formulação das manchetes até as estruturas de colocação em primeiro e segundo plano, estilo, retórica e semântica local (por exemplo, dar muitos ou poucos detalhes sobre aspectos particulares do evento).

Lembre-se que, em geral, o modelo de evento existe antes do modelo de contexto: os jornalistas ficam sabendo a respeito de um acontecimento que vale notícia antes de começar a escrever a respeito dele. Contudo, como e em que medida a informação armazenada no modelo de evento é efetivamente noticiada depende do modelo de contexto. A esse respeito, o modelo de contexto é uma interface – um dispositivo de transformação (filtragem, seleção, recontextualização) – entre aquilo que sabemos e aquilo que contamos. A regra pragmática geral (das asserções e dos gêneros de discurso informativos) é que só precisamos contar aquilo que temos motivos para crer que os outros ainda não sabem. Além disso, a norma jornalística geral é contar apenas aquilo que é considerado digno de ser noticiado de acordo com as normas e os valores dos jornalistas, eles próprios controlados por ideologias sociais e profissionais.

Assim, dados esses modelos e essas regras, normas e valores gerais da redação jornalística de notícias, o repórter começa a escrever sua reportagem, obedecendo às exigências contextuais seguintes, em primeiro lugar:

Manchete

- ativar o conhecimento profissional sobre como se redigem reportagens de notícias (estratégias gerais);
- ativar os principais tópicos (macroproposições) do modelo de evento;
- ativar o conhecimento sobre a orientação ideológica do jornal;
- dispositivo-K: os leitores já sabem acerca deste acontecimento?;
- ativar o conhecimento profissional sobre os interesses dos leitores;
- ativar o modelo de contexto velho contendo informações sobre o que quer o editor;
- a partir dos itens (a)-(f), inferir a informação sobre que assunto será considerado mais interessante ou relevante pelos leitores e pelo editor, e selecionar esse assunto;
- aplicar as preferências ideológicas à representação semântica, por exemplo, dando ênfase às ações negativas de um grupo marginal [*out-group*] (por exemplo, de terroristas);
- formular o assunto em consonância com (j), (k) e (l) a seguir;
- as convenções de gênero do jornal (sintaxe da manchete);
- o viés ideológico – por exemplo, um grupo marginal é mencionado como agente e sujeito, antes de mais nada;
- o estilo formal do jornal: seleção lexical formal (jornal de alto nível) e léxico do jornal (por exemplo, 'bid' em vez de 'attempt').

Linha dedicada à autoria (se houver)

- (m) formular a identidade pessoal (o Eu-mesmo) do repórter;
- (n) formular o entorno: cidade a partir da qual o repórter está mandando notícias;
- (o) formular o ambiente: data corrente.

Lide (se houver)

Em grande medida como a manchete:

- (p) manter ativados: os tópicos (macroproposições) dos modelos de eventos, o conhecimento sobre a ideologia do jornal, o conhecimento profissional sobre lides, preferências do público e do editor, e assim por diante;
- (q) dispositivo-K: conferir quais assuntos podem ser já conhecidos dos leitores;
- (r) dispositivo-K: que inferências podem ser feitas pelos leitores a partir do que já foi escrito nas partes anteriores do lide?;
- (s) formular em sequência as proposições mais importantes do modelo de evento, como um sumário dos eventos, mas com o viés ideológico geral (grupo majoritário – marginais) – por exemplo, dando ênfase ao que há de ruim no grupo marginal;
- (t) seguir o estilo formal (sintaxe, léxico) da língua do jornal;
- (u) marcar as sentenças que expressam proposições que possivelmente já são conhecidas pelos leitores (por exemplo, formulando-as como lembretes).

A partir desse exemplo inventado percebemos que os textos das reportagens noticiosas não expressam apenas o que os jornalistas sabem a respeito de algum acontecimento que rende notícia, mas envolvem um processo complexo de seleção (contextualizada a partir dos modelos de eventos) de proposições que são, por sua vez, formuladas de um modo (estilo etc.) que é também controlado pelo modelo de contexto. Ou seja, a escrita das manchetes e dos lides é controlada por categorias dos modelos de contexto e por informações como as seguintes: o conhecimento profissional dos repórteres sobre reportagens de notícias, manchetes e lides; seus conhecimentos sobre os interesses do público; seu conhecimento sobre aquilo que o editor deseja (a tarefa que foi marcada, os modelos de contextos prévios), a ideologia do jornal, a ideologia do repórter,

a identidade de quem escreve como repórter – um empregado do jornal e um subordinado do editor; o estilo do jornal, e assim por diante.

O mesmo vai então ser verdade, localmente, para a ativação, expressão e formulação de outras proposições do modelo de evento durante a produção do resto da reportagem de notícias, em geral sob o controle do mesmo modelo de contexto, mas com mudanças no conhecimento do dispositivo-K sobre aquilo que os leitores já sabem (aquilo que acaba de ser escrito). Como no caso da formulação do lide, também no resto será preciso seguir as estratégias gerais de coerência local e global, modificando-as para que se adaptem ao discurso do jornal. Ou seja, ao contar uma história como notícia, os fatos não são relatados na ordem cronológica, mas são organizados por critérios de relevância ou interesse enquanto notícia: a informação mais relevante (importante, interessante, útil, chocante etc.) virá em primeiro lugar – o que será julgado mais relevante dependerá da informação do modelo de contexto sobre que tipo de jornal o editor quer publicar ou o público quer ler.

O mesmo vai valer para a redação do resto da reportagem, ou seja, para a ordem, a colocação em primeiro ou segundo plano, a escolha léxica, o nível de descrição (geral *versus* específico), o grau de detalhe, e em geral a explicitude ou implicitude da informação tal como derivada do modelo de evento. Deixando de lado os vieses ideológicos, será o ‘viés’ estilístico geral do jornal que influenciará a seleção final das palavras como apropriadas para as reportagens de notícias. Isso é verdade para todos os níveis: o formato geral da reportagem de notícias (que exige conhecimento profissional), a seleção geral de assuntos (a partir dos modelos de eventos sob o controle da informação ideológica presente no modelo de contexto); a formulação da manchete, do lide e da linha dedicada à autoria; e a organização semântica e a formulação gramatical no resto do texto. No capítulo seguinte, veremos em mais detalhe quais estruturas são tipicamente controladas pelas estruturas dos modelos de contexto. Neste ponto, podemos mencionar o papel ideológico da ‘localização’ nos modelos de contexto dos jornalistas conforme eles se baseiam em ideologias nacionalistas. Assim, Higgins (2004: 633-648) mostra a importância da ‘terra pátria’ como um traço que influencia a cobertura jornalística dada nos noticiários pelos jornais escoceses. Analogamente, referências dêiticas a “*this country*” [“este país”] em entrevistas com ingleses podem ser uma expressão do nacionalismo e da xenofobia subjacentes dos falantes (Condor, 2000: 175-205).

Não estamos preocupados aqui com os detalhes da seleção lexical e da gramática (ver Levelt, 1989); assinalamos apenas que, para a seleção de cada palavra, frase, estrutura, sequência etc., a informação contextual será relevante (por exemplo, quanto ao tipo de leitor, ao conhecimento e interesse do leitor, ao tipo de jornal, ao estilo formal ou aos propósitos do repórter ou editor).

MÉTODOS DE ESTUDO DOS MODELOS DE CONTEXTOS

Uma das dificuldades dos modelos de contextos definidos como modelos mentais dos participantes é que não podemos observá-los diretamente. Isso levou, sem dúvida, a um esquecimento geral desse estudo nas abordagens linguísticas e sociais, embora esse seja um problema comum a todos os estudos psicológicos da mente.

Um método para o estudo dos contextos consiste em estudar sistematicamente suas 'consequências', isto é, as variações do discurso, em situações diferentes, como fazemos mais geralmente no estudo dos fenômenos não observáveis em qualquer ciência. Assim, por exemplo, se pronomes diferentes são usados para contar a 'mesma' história a diferentes pessoas, em situações em que só muda a idade dos receptores, temos alguma evidência *prima facie* de que a idade do destinatário é uma categoria relevante dos modelos de contextos, nessa cultura.

Esse estudo pode ser feito mediante experimentação, por exemplo, pedindo-se aos sujeitos que falem ou escrevam a uma pessoa imaginada, em alguma situação comunicativa imaginada, por exemplo, redigindo um pedido de emprego, como se faz tipicamente nas tarefas escolares, e também nas entrevistas sociolinguísticas. De modo análogo, podemos usar protocolos verbais nos quais se pede aos usuários da língua que formulem como eles compreendem a situação, ou se pergunta por que eles usam tal ou tal expressão em tal ou tal lugar. Note-se, porém, que nessas situações experimentais as crenças formuladas pelas pessoas sobre o uso linguístico podem ser equivocadas, normativas ou ideológicas. Portanto, as entrevistas, tarefas ou protocolos podem não coincidir com o uso real da língua na conversa e no texto espontâneo; estes, porém, têm o problema de que, para o analista, são muito mais difíceis de controlar e investigar.

Em terceiro lugar, como qualquer outro tipo de modelo mental, os modelos de contexto podem ser a base de uma narrativa cotidiana: frequentemente,

falamos sobre coisas que outros nos contaram, ou sobre aquilo que vimos na televisão. A descrição ingênua dos modelos de contexto nessas histórias comporta tipicamente certos traços de algumas das categorias relevantes que as pessoas usaram na representação desses modelos de contexto. Assim, por uma série de razões cognitivas, sociais e culturais, é muito mais provável que eu conte à minha parceira que esta *manhã*, na universidade, *um estudante me pediu* que lesse sua tese, e não que eu diga que *uma pessoa de olhos castanhos* falou comigo *por 90 segundos a 10 metros* da porta de meu escritório. As diferenças culturais da interpretação dos eventos e ações (e também dos modelos de contextos) podem levar a diferentes tipos de narrativas de histórias. Mas é plausível que alguns níveis e categorias da descrição narrativa sejam mais 'naturais' e mais difundidos do que outros.

Se as situações comunicativas são realmente construídas e representadas como modelos mentais específicos na memória episódica, e então dinamicamente aplicadas e mudadas na memória de trabalho, deveríamos ser capazes de investigar suas estruturas esquemáticas, suas categorias e seus conteúdos com os modelos experimentais habituais da Psicologia Cognitiva. Portanto, normalmente, deveria haver uma rememoração melhor das categorias dos modelos de contexto relevantes de uma situação social, do que de outras informações sociais (em geral, lembramos melhor que falamos a uma velha senhora que é professora do que da cor de suas roupas).

De maneira análoga, podemos prever que as categorias relevantes do contexto serão pistas melhores para a recuperação na memória do que outros aspectos dos eventos comunicativos. E assim também, se os modelos de contexto controlam a produção e compreensão local do discurso, podemos esperar por aquilo que já foi chamado de *marcação pragmática* [*pragmatic priming*] dos conceitos que fazem parte desses modelos. Por exemplo, se nós falamos com uma mulher, e se essa categoria está representada em nosso modelo de contexto da conversação, pode-se esperar que o conceito 'mulher' receberá uma marca, mesmo quando não ocorreu previamente na conversação. Note-se, por fim, que as representações episódicas, tais como os modelos de contextos e outras experiências diárias, em geral, têm uma recuperação precária, a menos que neles estejam representadas propriedades muito proeminentes ou relevantes (falar com uma pessoa muito famosa, uma conversa traumática com um parceiro etc.). A maioria dos acontecimentos comunicativos cotidianos, como as conversas com amigos ou colegas, ler o jornal, fazer compras etc., serão logo

esquecidos, e as informações relevantes (novas) serão generalizadas, abstraídas e integradas no conhecimento mais geral. É por isso que temos uma grande quantidade de conhecimentos a respeito dos quais não temos a menor ideia de quando e onde foram adquiridos.

Alternativamente, esses modelos de contexto serão generalizados e abstraídos a partir de (minha memória de conversações com um amigo, ou da leitura deste ou daquele jornal em tal e tal período em tal e tal país etc.) como o fazemos com outras experiências pessoais na memória episódica (King, 2000; Neisser e Fivush, 1994; Rubin, 1986, 1999).

Modelagem formal do contexto

Embora fundamentado na formação atual da teoria psicológica a respeito do processamento do discurso, o quadro esboçado anteriormente é, por enquanto, muito informal, e será preciso completá-lo com detalhes em muitos níveis do processamento. Esse trabalho futuro precisará combinar refinamento teórico e sofisticação experimental e observacional sobre como a interpretação que as pessoas dão às situações comunicativas controla a produção (e as estruturas) ou a interpretação do texto e da fala.

Alguns desses processos podem ser modelados mais explicitamente como modelos formais do *contexto* que – como é bastante comum na teoria dos modelos – combinam Ciência Cognitiva, Inteligência Artificial e teorias formais da língua (ver, por exemplo, Jurafsky e Martin, 2000). Ou seja, do mesmo modo que formalizamos a semântica para a língua natural, podemos modelar formalmente algumas de suas propriedades contextuais, como tem sido feito para o tempo, o lugar e os participantes, com o objetivo de interpretar as expressões dêiticas, os tempos verbais e a correferência, entre outras propriedades do discurso (Groenendijk, De Jongh e Stokhof, 1987; Kamp e Partee, 2002; Kamp e Reyle, 1993).

Portanto, se os usuários da língua constroem modelos mentais dos eventos comunicativos, será possível dar conta de algumas das propriedades desses eventos em modelos formais que são quadros teóricos mais explícitos para a estrutura dos próprios modelos. Idealmente, esses modelos formais serão programados em conjunto com sistemas de produção e compreensão automática dos discursos, que permitam a produção de discursos que sejam não só bem

formados sintaticamente, e semanticamente significativos e coerentes, mas também pragmaticamente adequados.

Na última década, os estudos sobre Inteligência Artificial produziram fragmentos de modelos de contexto (formais) com essas características (ver, por exemplo, Akman, Bouquet, Thomason e Young, 2001). Muitos desses tratamentos ‘pragmáticos’ em IA visam oferecer modelos do uso da língua que sejam mais realistas do que os modelos tradicionais, limitados à sintaxe e à semântica. Esses estudos podem mostrar que nos eventos comunicativos reais, os usuários da língua não sabem todas as implicações daquilo que dizem, nem como os contextos estão sendo construídos em tempo real e talvez apenas parcialmente, e também não sabem como a atividade de raciocinar pode estar condicionada a fatores pragmáticos tais como os objetivos ou o conhecimento disponível.

Assim, no limite entre a IA e a Retórica, encontramos o trabalho de Cronkhite (1997: 213-228) sobre a análise das situações – o modelo METAS/CAPTAÇÃO [GOALS/GRASP model] – que pretende descrever como as situações são percebidas e, especificamente, aplicadas em situações retóricas (comunicativas).

É verdade que muito desse trabalho precisa trocar a explicitude formal pelo detalhe e plausibilidade psicológicos, ao mesmo tempo que fica usualmente limitado ao estudo de apenas algumas propriedades do discurso. Uma discussão mais detalhada dessas abordagens foge ao escopo deste livro.

Observação final

Como ainda veremos em mais detalhes, não há virtualmente nenhum nível ou estrutura do texto ou da fala que não seja produzido (entre outros) sob o controle de propriedades dos modelos de contexto. O dispositivo-K é operante por toda parte. As categorias dos participantes frequentemente coincidem com o ambiente institucional. A consciência espaçotemporal é continuamente expressa em numerosas expressões dêiticas. No próximo capítulo e em *Society in Discourse* investigo mais detalhadamente quais são os condicionamentos sociais e culturais que operam na formação, aquisição e uso dos modelos de contexto.

O objetivo fundamental deste capítulo foi elaborar de maneira mais detalhada minha tese geral de que os contextos não são algum tipo de situação social ou comunicativa, mas sim construções subjetivas ou ‘definições’ das

dimensões relevantes de tais situações por parte dos participantes. Esses construtos foram definidos como modelos mentais específicos, os modelos de contexto, localizados na memória episódica, e como casos especiais dos modelos da experiência mais gerais que controlam nossa conduta diária. Também foi assumido que esses modelos de contextos precisam ser relativamente simples e compõem-se apenas de algumas categorias gerais (e suas subcategorias) que, entretanto, podem ser culturalmente variáveis.

Neste capítulo, dei uma atenção especial às categorias mais marcadamente cognitivas dos contextos de modelos, tais como o Eu-mesmo, as intenções e as importantes estratégias do uso do conhecimento. Finalmente, emiti opiniões gerais sobre os processos envolvidos na formação e aplicação dos modelos de contexto. No próximo capítulo, tratarei mais detalhadamente dos modos como os modelos de contexto controlam várias estruturas do discurso.

Embora a hipótese geral deste capítulo e deste livro – que os contextos precisam ser definidos como um tipo específico de modelo mental – seja muito plausível e coerente com a maioria dos trabalhos mais atuais em Ciência Cognitiva, os detalhes de uma teoria psicológica do contexto precisam ser dados em estudos experimentais futuros. Mas esses estudos vão além do escopo deste livro – que é teórico.

NOTA

¹ Não tenho o hábito de criticar outros autores por desconhecerem meus trabalhos. Afinal, nenhum autor consegue conhecer toda a bibliografia, e eu tenho certeza de que também estou desconsiderando neste livro muitos outros autores que mereceriam ser citados. Mas neste caso, e apenas a título de registro, convém que eu faça uma modesta exceção, usando uma nota que, de todo modo, será lida por poucas pessoas, porque durante a apresentação em aula de meus trabalhos recentes sobre o contexto, bem como a propósito de uma versão mais antiga deste, foi sugerido que eu deveria ter feito referência ao estudo pioneiro de Sperber e Wilson. Eu tinha lido esse livro, é claro, mas seu estudo da relevância e do contexto é bastante diferente do tratamento que eu dou ao tema aqui. O fato irônico é que, ao reler, bem agora, partes de meu próprio livro de 1977 sobre texto e contexto, fiquei chocado com a semelhança de algumas das ideias que estão nesse velho livro com as de Sperber e Wilson, que, entretanto, não citam meu estudo de 1977. O mesmo vale, diga-se de passagem, para outros estudos formais sobre Semântica e Pragmática do discurso escritos na última década. Obviamente, o livro de 1977 mostra que eu não sou um lógico, e tem muitas outras imperfeições além dessa, mas muitas das ideias sobre o discurso formalizadas em termos de teoria dos modelos que foram formuladas em outros estudos já tinham sido expostas nele. A principal diferença em relação a minha abordagem atual dos contextos é que, agora, adoto um enfoque muito mais amplo, interdisciplinar, e defino os contextos em termos de modelos mentais com base nas pesquisas da Psicologia das últimas décadas, aí incluído meu trabalho anterior com Walter Kintsch (Van Dijk e Kintsch, 1983) – um livro que tem tido muita influência em Psicologia, mas que, como muitos outros estudos psicológicos relevantes, também é ignorado por Sperber e Wilson. Essa é uma das razões pelas quais o livro de Sperber e Wilson sobre relevância não chega a ser um estudo 'cognitivo', ainda que seja um (interessante) estudo filosófico e formal.

CONTEXTO E DISCURSO

Defendo o seguinte ponto de vista: o contexto penetra a língua; as hipóteses que fazemos sobre o contexto afetam o modo como compreendemos a língua e os contextos de fala precisam ser mais bem compreendidos, se quisermos desenvolver teorias realistas da língua e do seu aprendizado.
(Susan Ervin-Tripp, 1996: 21)

Este capítulo enfoca a principal função dos contextos, a saber, como eles permitem e condicionam a produção e compreensão dos textos e da fala. Começo com uma análise conceitual das relações possíveis entre contexto e discurso. Para descrever essas relações, muitos termos já foram usados, como 'influência', 'controle', 'mapeamento', 'manifestação', 'expressão' e 'indexação', entre outros. A seguir, farei um balanço de algumas dimensões maiores do discurso que são sistematicamente controladas pelas estruturas contextuais e, inversamente, de como essas dimensões do discurso podem, por sua vez, influenciar os modelos de contextos dos participantes, isto é, sua interpretação do evento comunicativo em curso.

Como muito desta discussão pressupõe vastos campos de pesquisa anterior, sobretudo em Sociolinguística, concentrar-me-ei especialmente no controle conceitual das estruturas do discurso, assumindo que a influência do contexto sobre a gramática, isto é, sobre a fonologia, a sintaxe e o léxico, é bem conhecida. Embora a Sociolinguística, a Estilística e a Etnografia contemporâneas trabalhem com dados do discurso natural, entre outros, a